

ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER (1920)

TÍTULO ORIGINAL: *JENSEITS DES
LUSTPRINZIPS*. PUBLICADO
PRIMEIRAMENTE EM VOLUME
AUTÔNOMO: LEIPZIG, VIENA E ZURIQUE:
INTERNATIONALER PSYCHOANALYTISCHER
VERLAG [EDITORA PSICANALÍTICA
INTERNACIONAL], 1920, 60 PP.
TRADUZIDO DE *GESAMMELTE WERKE* XIII,
PP. 3-69; TAMBÉM SE ACHA EM
STUDIENAUSGABE III, PP. 213-72.

Na teoria psicanalítica, não hesitamos em supor que o curso dos processos psíquicos é regulado automaticamente pelo princípio do prazer; isto é, acreditamos que ele é sempre incitado por uma tensão desprazerosa e toma uma direção tal que o seu resultado final coincide com um abaixamento dessa tensão, ou seja, com uma evitação do desprazer ou geração do prazer. Se atentamos para esse curso, ao considerar os processos psíquicos que estudamos, introduzimos o ponto de vista econômico em nosso trabalho. Uma descrição que, junto ao fator topológico e ao dinâmico, procure levar em conta esse fator econômico, parece-nos ser a mais completa que hoje podemos imaginar, merecendo a designação de *metapsicológica*.

Não é de nosso interesse investigar em que medida, estabelecendo o princípio do prazer, nos aproximamos ou afiliamos a um sistema filosófico particular, historicamente assentado. Chegamos a tais especulações na tentativa de descrever e dar conta dos fatos que diariamente observamos em nossa área. Prioridade e originalidade não se incluem entre as metas do trabalho psicanalítico, e as impressões em que se baseia o estabelecimento de tal princípio são tão claras que é praticamente impossível ignorá-las. Por outro lado, com prazer manifestaríamos gratidão a uma teoria filosófica ou psicológica que nos pudesse informar sobre o significado das sensações de prazer e desprazer, que tão imperativamente agem sobre nós. Mas, infelizmente, nada de útil nos é oferecido nesse ponto. É o mais obscuro e inacessível âmbito da vida psíquica e, se não podemos evitá-lo, creio que a melhor hipótese, no que a ele diz respeito, será aquela mais frouxa. Decidimos relacionar prazer e desprazer com a quantidade de excitação — não ligada de nenhuma maneira — existente na vida psíquica, de tal modo que o desprazer corresponde a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade. Nisso não pensamos numa relação

simples entre a força das sensações e as modificações a elas correspondentes; tampouco — após tudo o que nos ensinou a psicofisiologia — numa proporção direta; provavelmente o fator decisivo para a sensação é a medida de diminuição ou aumento num dado período de tempo. A experimentação talvez contribuisse em algo neste ponto, mas para nós, psicanalistas, não é aconselhável adentrarmos esses problemas, enquanto observações bem definidas não nos possam guiar.

Não pode nos deixar indiferentes, entretanto, o fato de um pesquisador arguto como G. T. Fechner sustentar uma concepção de prazer e desprazer que coincide essencialmente com a que nos impôs o trabalho psicanalítico. A afirmação de Fechner está no seu breve escrito *Einige Ideen zur Schöpfungs- und Entwicklungsgeschichte der Organismen* [Algumas ideias sobre a história da criação e do desenvolvimento dos organismos], de 1873 (parte XI, suplemento, p. 94), e diz o seguinte:

“Na medida em que os impulsos conscientes sempre se acham em relação com o prazer ou desprazer, pode-se também pensar o prazer ou desprazer em relação psicofísica com situações de estabilidade e instabilidade, podendo fundamentar-se nisso a hipótese, que desenvolverei mais minuciosamente em outro lugar, de que todo movimento psicofísico que supera o limiar da consciência é acompanhado de prazer enquanto, além de certo limite, aproxima-se da plena estabilidade, e de desprazer enquanto, além de certo limite, afasta-se dela, havendo entre os dois limites, que podem ser designados como limiares qualitativos do prazer e do desprazer, uma certa margem de indiferença estética [...]”

Os fatos que nos levaram a crer que o princípio do prazer predomina na psique também acham expressão na hipótese de que o aparelho psíquico se empenha em conservar a quantidade de excitação nele existente o mais baixa possível, ou ao menos constante. É a mesma coisa, apenas em outra formulação, pois, se o trabalho do aparelho psíquico se dirige para manter baixa a

quantidade de excitação, tudo o que tem a propriedade de aumentá-la será percebido como disfuncional, ou seja, como desprazeroso. O princípio do prazer deriva do princípio da constância; na realidade o princípio da constância foi deduzido dos fatos que nos impuseram a hipótese do princípio do prazer. E, ao aprofundar a discussão, veremos que esse empenho do aparelho psíquico, que nós supomos, subordina-se, como caso especial, ao princípio fechneriano da *tendência à estabilidade*, ao qual ele, Fechner, relacionou as sensações de prazer-desprazer.

Mas devemos assinalar que, a rigor, não é correto dizer que o princípio do prazer domina o curso dos processos psíquicos. Se assim fosse, a grande maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada de prazer ou conduzir ao prazer, quando a experiência geral contradiz energicamente essa ilação. O que pode então suceder é que haja na psique uma forte tendência ao princípio do prazer, à qual se opõem determinadas forças ou constelações, de modo que o resultado final nem sempre corresponde à tendência ao prazer. Veja-se esta observação de Fechner, motivada por algo semelhante (idem, p. 90): “Mas como a tendência ao objetivo não significa o alcance do objetivo, e este é alcançável apenas em aproximações [...]”. Se agora nos voltamos para a questão de quais circunstâncias podem impedir o prevalecimento do princípio do prazer, pisamos novamente um chão seguro e conhecido, e para respondê-la dispomos, em larga medida, de nossas experiências analíticas.

O primeiro caso de uma tal inibição do princípio do prazer nos é familiar, apresentando-se com regularidade. Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de funcionamento primário do aparelho psíquico, e que, para a autoafirmação do organismo em meio às dificuldades do mundo externo, já de início é inutilizável e mesmo perigoso em alto grau. Por influência dos instintos de autoconservação do Eu é substituído pelo *princípio da realidade*, que, sem abandonar a intenção de obter afinal o prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a renúncia a várias possibilidades desta e a

temporária aceitação do desprazer, num longo rodeio para chegar ao prazer. Por muito tempo o princípio do prazer continua como o modo de funcionamento dos instintos sexuais, que são difíceis de “educar”, e volta e meia sucede que, a partir desses instintos ou no próprio Eu, ele sobrepuja o princípio da realidade, em detrimento de todo o organismo.

É indubitável, porém, que a substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade pode ser responsável tão somente por uma pequena parte, de modo algum a mais intensa, das experiências de desprazer. Uma outra fonte de origem do desprazer, não menos regular, acha-se nos conflitos e cisões dentro do aparelho psíquico, enquanto o Eu perfaz seu desenvolvimento rumo a organizações mais complexas. Quase toda a energia que preenche o aparelho vem dos impulsos instintuais inatos, mas estes não são todos admitidos nas mesmas fases de desenvolvimento. No meio do caminho sempre volta a suceder que determinados instintos ou partes de instintos resultem incompatíveis, nas suas metas ou exigências, com os restantes, capazes de unir-se na abrangente unidade do Eu. Então eles são segregados dessa unidade por meio do processo da repressão, mantidos em graus inferiores do desenvolvimento psíquico e têm cortadas, de início, as possibilidades de satisfação. Se depois conseguem, mediante desvios, obter uma satisfação direta ou substitutiva, algo que ocorre facilmente com os instintos sexuais reprimidos, tal sucesso, que de outro modo teria sido uma ocasião de prazer, é sentido como desprazer pelo Eu. Em consequência do velho conflito que resultou em repressão, o princípio do prazer experimentou nova ruptura, justamente quando certos instintos laboravam, conforme o princípio, para obter novo prazer. Os detalhes do processo pelo qual a repressão transforma uma possibilidade de prazer numa fonte de desprazer ainda não são bem compreendidos ou não podem ser claramente expressos, mas certamente todo desprazer neurótico é desse tipo, é prazer que não pode ser sentido como tal.¹

As duas fontes do desprazer aqui mencionadas estão longe de cobrir a maioria de nossas vivências desprazerosas, mas, quanto ao resto, parece haver

bons motivos para afirmar que a sua existência não contradiz o domínio do princípio do prazer. A maior parte do desprazer que sentimos é desprazer de percepção, seja percepção da premência de instintos insatisfeitos ou percepção externa, que é penosa em si ou que provoca expectativas desprazerosas no aparelho psíquico, sendo por ele reconhecida como “perigo”. A reação a tais reivindicações dos instintos e ameaças de perigo, na qual se manifesta propriamente a atividade do aparelho psíquico, pode então ser dirigida, de maneira correta, pelo princípio do prazer ou pelo princípio da realidade, que o modifica. Com isso não parece necessário admitir uma maior limitação do princípio do prazer, mas justamente a investigação da reação psíquica ao perigo externo pode fornecer novo material e novas colocações ao problema de que aqui tratamos.

II

Há muito se conhece um estado que sobrevém após sérias comoções mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes com risco de vida, ao qual se deu o nome de “neurose traumática”. A terrível guerra que há pouco terminou fez surgir um grande número dessas doenças, e ao menos pôs fim à tentação de atribuí-las a uma lesão orgânica do sistema nervoso, ocasionada por força mecânica.² O quadro da neurose traumática avizinha-se ao da histeria por sua riqueza de sintomas motores semelhantes, mas supera-o normalmente nos sinais bastante desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como numa hipocondria ou melancolia, e nas evidências de um mais amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas. Até agora não se obteve plena compreensão nem das neuroses de guerra nem das neuroses traumáticas do período de paz. No caso das neuroses de guerra, o fato de o mesmo quadro clínico surgir ocasionalmente sem o concurso de uma dura força mecânica teve efeito esclarecedor e, ao mesmo tempo, desconcertante; nas neuroses traumáticas comuns

ressaltam duas características, que podem ser pontos de partida para a reflexão; em primeiro lugar, pareciam causadas principalmente pelo fator da surpresa, do terror; em segundo, uma ferida ou contusão sofrida simultaneamente atuava, em geral, contra o surgimento da neurose. “Terror”, “medo” e “angústia” são empregados erradamente como sinônimos; mas podem se diferenciar de modo claro na sua relação com o perigo. “Angústia” designa um estado como de expectativa do perigo e preparação para ele, ainda que seja desconhecido; “medo” requer um determinado objeto, ante o qual nos amedrontamos; mas “terror” se denomina o estado em que ficamos ao correr um perigo sem estarmos para ele preparados, enfatiza o fator da surpresa. Não creio que a angústia possa produzir uma neurose traumática; na angústia há algo que protege do terror e também da neurose de terror. Retornaremos depois a essa questão.

Podemos considerar o estudo dos sonhos o caminho mais seguro para a investigação dos processos psíquicos profundos. Ora, os sonhos que ocorrem numa neurose traumática têm a característica de que o doente sempre retorna à situação do acidente, da qual desperta com renovado terror. As pessoas não se surpreendem o bastante com isso. Achem que é justamente uma prova de como foi forte a impressão deixada pela vivência traumática, que até no sonho volta a se impor ao doente. Este se acha, então, psiquicamente fixado ao trauma, por assim dizer. Tais fixações à vivência que desencadeou a enfermidade nos são conhecidas há muito tempo, no caso da histeria. Breuer e Freud afirmaram, em 1893, que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências”. Também nas neuroses de guerra observadores como Ferenczi e Simmel puderam explicar vários sintomas motores pela fixação ao momento do trauma.

Mas não é do meu conhecimento que os que sofrem de neurose traumática se ocupem muito da lembrança do acidente quando se acham acordados. Talvez procurem antes não pensar nele. Aceitar como óbvio que o sonho

noturno os devolve à situação causadora da doença é compreender mal a natureza dos sonhos. Seria mais próprio dela que o doente visse imagens do tempo em que era são ou da cura pela qual anseia. Para que os sonhos dos neuróticos traumáticos não nos façam duvidar da tendência realizadora de desejos do sonho, resta-nos a saída de que nesse estado a função do sonho, como tantas outras coisas, também é abalada ou desviada de seus propósitos, ou teríamos que lembrar as enigmáticas tendências masoquistas do Eu.

Agora proponho deixar o obscuro e sombrio tema da neurose traumática e estudar o modo como trabalha o aparelho psíquico numa de suas primeiras ocupações normais. Refiro-me às brincadeiras das crianças.**

Recentemente as diversas teorias sobre o jogo infantil foram resumidas e apreciadas psicanaliticamente por S. Pfeifer na *Imago*;^{*} um trabalho que aqui posso indicar. Essas teorias se empenham em descobrir os motivos do jogo das crianças, mas sem destacar o ponto de vista econômico, a consideração pelo ganho de prazer. Não pretendendo abarcar todas essas manifestações, apenas aproveitei uma oportunidade que se me ofereceu, a fim de elucidar o primeiro jogo de invenção própria de um menino de um ano e meio. Foi mais que uma observação ligeira, pois durante algumas semanas estive com a criança e os seus pais sob o mesmo teto, e levou um certo tempo até que se revelasse para mim o significado daquela ação misteriosa e sempre repetida.

O garoto não era precoce no desenvolvimento intelectual; com dezoito meses de idade, falava apenas algumas palavras compreensíveis e dispunha também de vários sons significativos, entendidos pelas pessoas ao seu redor. Mas tinha um bom relacionamento com os pais e a única empregada, e recebia elogios por ser “comportado”. Não incomodava os pais durante a noite, obedecia conscienciosamente às proibições de tocar em certos objetos e entrar em certos lugares e, principalmente, nunca chorava quando a mãe o deixava durante horas, embora fosse muito apegado a ela, que não só o amamentara como dele cuidara sem ajuda de outras pessoas. Esse bom menino tinha o hábito,

ocasionalmente importuno, de jogar todos os pequenos objetos que alcançava para longe de si, a um canto do aposento, debaixo da cama etc., de modo que reunir os seus brinquedos não era coisa fácil. Ao fazer isso ele proferia, com expressão de interesse e satisfação, um forte e prolongado *o—o—o—o*, que, no julgamento da mãe e no deste observador, não era uma interjeição e significava “*fort*” [“foi embora”]. Afinal percebi que era um jogo e que o menino apenas usava todos os seus brinquedos para jogar “ir embora”. Um dia pude fazer a observação que confirmou minha opinião. Ele tinha um carretel de madeira, em que estava enrolado um cordão. Nunca lhe ocorria, por exemplo, puxá-lo atrás de si pelo chão, brincar de carro com ele; em vez disso, com habilidade lançava o carretel, seguro pelo cordão, para dentro do berço, através de seu cortinado, de modo que ele desaparecia, nisso falando o significativo *o—o—o—o*, e depois o puxava novamente para fora do berço, saudando o aparecimento dele com um alegre “*da*” [“está aqui”]. Então era essa a brincadeira completa, desaparecimento e reaparição, de que geralmente via-se apenas o primeiro ato, que era repetido incansavelmente como um jogo em si, embora sem dúvida o prazer maior estivesse no segundo ato.³

A interpretação do jogo foi simples, então. Ele estava relacionado à grande conquista cultural do menino, à renúncia instintual (renúncia à satisfação instintual) por ele realizada, ao permitir a ausência da mãe sem protestar. Compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e a reaparição com os objetos que estavam ao seu alcance. Claro que não faz diferença, para a avaliação afetiva desse jogo, se o menino inventou-o ele mesmo ou apropriou-se dele em consequência de um estímulo. Voltaremos nosso interesse para um outro ponto. É impossível que a ausência da mãe fosse agradável ou mesmo indiferente para essa criança. Como pode então harmonizar-se com o princípio do prazer o fato de ela repetir tal vivência dolorosa como brincadeira? Talvez se responda que a ausência tinha de ser encenada, como precondição para o agradável reaparecimento, que seria o verdadeiro propósito do jogo. Isso seria contrariado pela observação de que o primeiro ato, a ausência, era encenado

como brincadeira em si mesmo, e muito mais frequentemente que a apresentação completa, com seu final prazeroso.

A análise de um caso assim isolado não leva a um juízo seguro; numa reflexão não preconcebida, tem-se a impressão de que o menino transformou a vivência em jogo por um outro motivo. Ele se achava numa situação passiva, foi atingido pela vivência e, ao repeti-la como jogo, embora fosse desprazerosa, assumiu um papel ativo. Tal empenho poderíamos atribuir a um impulso de apoderamento,* que passou a não depender de que a recordação em si fosse ou não prazerosa. Mas podemos tentar uma outra interpretação. O lançamento do objeto, de modo que desapareça, poderia constituir a satisfação de um impulso, suprimido na vida, de vingar-se da mãe por ter desaparecido para ele, tendo então o sentido desafiador: “Sim, vá embora, não preciso de você, eu mesmo a mando embora”. Essa mesma criança que observei com um ano e meio de idade, em sua primeira brincadeira, um ano depois costumava lançar ao chão um brinquedo que o aborrecia, com as palavras: “Vá para a gue(rr)a!”. Haviam-lhe dito que seu pai estava na guerra e ele não sentia falta do pai, dando claros indícios de que não queria ser perturbado na posse exclusiva da mãe.⁴ Sabemos de outras crianças que exprimem semelhantes impulsos hostis arremessando objetos em lugar das pessoas.⁵ Vem-nos então a dúvida de saber se a tendência a elaborar psiquicamente algo impressionante e dele apropriar-se inteiramente pode se manifestar de modo primário e independente do princípio do prazer. No caso discutido, o garoto só podia repetir brincando uma impressão desagradável porque a essa repetição está ligada uma obtenção de prazer de outro tipo, porém direta.

Nem um maior estudo das brincadeiras infantis nos ajudará nessa hesitação entre duas concepções. Vê-se que as crianças repetem, brincando, o que lhes produziu uma forte impressão na vida, que nisso reagem e diminuem* a intensidade da impressão e tornam-se, por assim dizer, donos da situação. Mas é claro, por outro lado, que toda a sua brincadeira é influenciada pelo desejo que domina esse seu tempo: o desejo de ser grande e poder agir como as pessoas

grandes. Observa-se também que o caráter desprazeroso da vivência não a torna sempre inadequada para o brinqueado. Se o doutor examina a garganta da criança ou realiza nesta uma pequena cirurgia, não há dúvida de que essa ateradora experiência será o tema da brincadeira seguinte, mas não se pode ignorar, com isso, o prazer obtido de outra fonte. Quando passa da passividade da experiência à atividade do jogo, a criança inflige a um companheiro de jogos o que lhe sucedera de desagradável, vingando-se, assim, na pessoa desse substituto.

Em todo caso, dessa discussão resulta que é desnecessário supor, como motivo para o jogo, um particular instinto de imitação. Lembremos ainda que o jogo e a imitação artísticos dos adultos, que, diferentemente do que fazem as crianças, dirigem-se à pessoa do espectador, não poupam a este as mais dolorosas impressões — na tragédia, por exemplo —, e, no entanto, são por ele percebidos como elevada fruição. Assim nos convencemos de que também sob o domínio do princípio do prazer há meios e caminhos para tornar objeto de recordação e elaboração psíquica o que é em si desprazeroso. Uma estética que considere a economia [psíquica] pode lidar com esses casos e situações que terminam na obtenção final do prazer; para os nossos propósitos eles não servem, pois pressupõem a existência e o domínio do princípio do prazer, não atestam a operação de tendências além do princípio do prazer, isto é, que seriam mais primitivas que ele e independentes dele.

III

Vinte e cinco anos de trabalho intenso fizeram com que os objetivos imediatos da técnica psicanalítica sejam agora muito diferentes do que eram no início. Antes o médico praticante da psicanálise não podia senão procurar descobrir, reunir e comunicar no momento certo o inconsciente oculto para o doente. A psicanálise era sobretudo uma arte da interpretação. Como a tarefa terapêutica

não se concluía dessa forma, logo surgiu mais uma intenção, a de instar o paciente a confirmar a construção por meio de sua própria lembrança. Naquele esforço, a ênfase principal era nas resistências do paciente; depois a arte consistiu em desvendá-las o mais rapidamente possível, mostrá-las ao paciente e, através da influência pessoal (eis o lugar da sugestão atuando como “transferência”), induzi-lo a abandonar as resistências.

Tornou-se cada vez mais claro, porém, que a meta proposta, de tornar consciente o que era inconsciente, também não era inteiramente exequível por esse caminho. O doente não pode lembrar-se de tudo o que nele está reprimido, talvez precisamente do essencial, não se convencendo da justeza da construção que lhe é informada. Ele é antes levado a *repetir* o reprimido como vivência atual, em vez de, como preferiria o médico, *recordá-lo* como parte do passado.⁶ Essa reprodução, que surge com uma fidelidade que não fora desejada, sempre tem por conteúdo algo da vida sexual infantil, ou seja, do complexo de Édipo e seus derivados, e invariavelmente se dá no âmbito da transferência, isto é, da relação com o médico. Se o tratamento chega a esse ponto, pode-se dizer que a antiga neurose foi substituída por uma nova “neurose de transferência”. O médico se empenhou em restringir o campo dessa neurose de transferência, em empurrar o máximo possível para a recordação e deixar o mínimo para a repetição. A proporção que se estabelece entre a recordação e a reprodução varia em cada caso. Via de regra, o médico não pode poupar ao analisando essa fase do tratamento; ele tem de fazê-lo reviver certa parte da vida esquecida e cuidar também para que seja mantido algum grau de superioridade,* em virtude do qual a aparente realidade seja sempre reconhecida, afinal, como reflexo de um passado esquecido. Isso alcançado, chega-se ao convencimento do paciente e ao sucesso terapêutico que dele depende.

A fim de compreender melhor essa “*compulsão à repetição*”, que se manifesta no tratamento psicanalítico dos neuróticos, devemos sobretudo nos livrar do equívoco de que, ao combater as resistências, lidamos com a resistência do “inconsciente”. O inconsciente, ou seja, o “reprimido”, não promove qualquer

resistência aos esforços da terapia, ele mesmo não procura senão, apesar da pressão que sobre ele pesa, abrir caminho rumo à consciência ou à descarga através da ação real. A resistência no tratamento procede dos mesmos elevados sistemas e camadas da psique que anteriormente efetuaram a repressão. Mas como os motivos das resistências e estas mesmas, segundo a experiência, são, no início, inconscientes na terapia, somos instados a corrigir uma inadequação de nossa maneira de expressão. Evitaremos a falta de clareza se colocarmos em oposição não o consciente e o inconsciente, mas sim o Eu coerente e aquilo que é *reprimido*. Não há dúvida de que muito do Eu é em si mesmo inconsciente, justamente o que se pode chamar de âmagdo do Eu; apenas uma pequena parte dele é coberta pelo termo “*pré-consciente*”. Após substituir uma forma de expressão puramente descritiva por uma sistemática ou dinâmica, podemos dizer que a resistência do analisando vem de seu Eu, e logo percebemos que a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente. Ela provavelmente não podia manifestar-se até que o trabalho terapêutico, vindo-lhe ao encontro, afrouxou a repressão.⁷

Sem dúvida, a resistência do Eu consciente e pré-consciente está a serviço do princípio do prazer, pois ele quer evitar o desprazer que seria gerado pela liberação do reprimido, e nós nos esforçamos, apelando ao princípio da realidade, para conseguir a admissão desse desprazer. Mas em que relação com o princípio do prazer se acha a compulsão de repetição, a manifestação de força do reprimido? É claro que a maior parte do que a compulsão de repetição faz reviver causa necessariamente desprazer ao Eu, pois traz à luz atividades de impulsos instintuais reprimidos, mas é um desprazer que já consideramos, que não contraria o princípio do prazer, é desprazer para um sistema e, ao mesmo tempo, satisfação para o outro. Mas o fato novo e digno de nota, que agora temos que descrever, é que a compulsão à repetição também traz de volta experiências do passado que não possibilitam prazer, que também naquele tempo não podem ter sido satisfações.

O primeiro florescimento da vida sexual infantil estava fadado ao declínio graças à incompatibilidade entre os seus desejos e a realidade e à insuficiência do estágio infantil de desenvolvimento. Ele terminou em circunstâncias penosas e com sensações profundamente dolorosas. A perda do amor e o fracasso deixaram atrás de si um dano permanente na autoestima, em forma de ferida narcísica, que é, segundo minha experiência e também os estudos de Marcinowski,⁸ a mais forte contribuição ao “sentimento de inferioridade”, frequente nos neuróticos. A pesquisa sexual, à qual o desenvolvimento físico da criança impõe limites, não levou a uma conclusão satisfatória; daí o lamento posterior: “Não consigo realizar nada, nada dá certo para mim”. O laço amoroso, geralmente com o genitor do sexo oposto, sucumbiu à desilusão, à inútil espera por satisfação, ao ciúme quando nasceu mais uma criança, algo que demonstrou inequivocamente a infidelidade do(a) amado(a); sua própria tentativa de fazer um filho, empreendida com trágica seriedade, fracassou vergonhosamente; a diminuição do afeto que lhe mostravam, a maior exigência da educação, palavras sérias e um eventual castigo lhe revelaram enfim todo o *desdém* de que era alvo. Eis umas poucas formas, sempre recorrentes, de como chega ao fim o típico amor desse período da infância.

Todas essas situações não desejadas e emoções dolorosas são repetidas pelo neurótico na transferência e revividas com grande habilidade. Eles procuram interromper o tratamento incompleto, sabem criar de novo a impressão de *desdém*, forçar o médico a dizer-lhes palavras duras e conduzir-se friamente com eles, encontram objetos adequados para o seu ciúme, substituem o filho ardentemente desejado dos primeiros tempos pela intenção ou a promessa de um enorme presente, que geralmente é tão pouco real como aquele. Nenhuma dessas coisas podia proporcionar prazer naquele tempo; seria de crer que hoje produziriam menor desprazer se emergissem como lembranças ou em sonhos, em vez de se configurarem como novas experiências. Trata-se, naturalmente, da ação de instintos que deveriam levar à satisfação, mas não trouxe frutos a

lição de que também naquela época eles produziram somente desprazer. A ação é repetida, apesar de tudo; uma compulsão impele a isso.

O que a psicanálise aponta nos fenômenos de transferência dos neuróticos é encontrado igualmente na vida de pessoas não neuróticas. Nelas dá-se a impressão de um destino que as persegue, de um traço demoníaco* em seu viver, e a psicanálise sempre viu tal destino como, em boa parte, preparado por elas mesmas e determinado por influências da primeira infância. A compulsão que aí se manifesta não é diferente da compulsão à repetição dos neuróticos, embora essas pessoas nunca tenham apresentado sinais de que lidaram com um conflito neurótico produzindo sintomas. De modo que conhecemos pessoas para as quais toda relação humana tem igual desfecho: benfeitores que, após algum tempo, são rancorosamente abandonados por cada um de seus protegidos, por mais diferentes que estes sejam entre si, e que, portanto, parecem fadados a fruir toda a amargura da ingratidão; homens para os quais o desfecho de toda amizade é serem traídos pelo amigo; outros que repetidamente, no curso da vida, elevam outra pessoa à condição de grande autoridade para si mesmos ou para a opinião pública, e após um certo tempo derrubam eles próprios essa autoridade, para substituí-la por uma nova; amantes cuja relação amorosa com uma mulher percorre sempre as mesmas fases e conduz ao mesmo fim etc. Esse “eterno retorno do mesmo” não nos surpreende muito, quando se trata de um comportamento ativo da pessoa em questão e nós descobrimos o traço de caráter permanente de seu ser, que tem de manifestar-se na repetição das mesmas vivências. Impressão bem mais forte nos produzem os casos em que o indivíduo parece vivenciar passivamente algo que está fora de sua influência, quando ele apenas vivencia, de fato, a repetição do mesmo destino. Recorde-se, por exemplo, a história da mulher que se casou, três vezes seguidas, com homens que em pouco tempo adoeciam e requeriam os seus cuidados no leito de morte.⁹ A mais comovente expressão poética desse traço de caráter foi feita por Tasso, na epopeia romântica *Jerusalém libertada*. Tancredo, o herói, matou sua amada Clorinda sem o saber, pois ela o combateu

vestindo a armadura de um cavaleiro inimigo. Após o enterro, ele entra numa sinistra floresta mágica, que apavora o exército dos Cruzados. Ali ele golpeia uma grande árvore com sua espada, mas da ferida da árvore corre sangue e ouve-se a voz de Clorinda, cuja alma fora aprisionada naquela árvore, acusando-o de novamente haver golpeado a sua amada.

Em vista dessas observações, extraídas da conduta na transferência e do destino das pessoas, sentimo-nos encorajados a supor que na vida psíquica há realmente uma compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio do prazer. Também nos inclinaremos a ligar a essa compulsão os sonhos das vítimas de neurose traumática e o impulso que leva as crianças a brincar. É preciso dizer, no entanto, que em raras ocasiões podemos notar somente os efeitos da compulsão à repetição, sem o concurso de outros motivos. Quanto às brincadeiras infantis, já destacamos outras interpretações que a sua gênese admite. Compulsão à repetição e direta satisfação prazerosa do instinto parecem aí entrelaçadas em íntima comunhão. Os fenômenos da transferência acham-se claramente a serviço da resistência por parte do Eu, que persevera na repressão; a compulsão à repetição, de que o tratamento pretendia se valer, é como que puxada para o lado do Eu, que se apegava ao princípio do prazer. Naquilo que poderíamos chamar de compulsão do destino, muita coisa nos parece compreensível mediante a ponderação racional, de modo que não se vê como necessário estabelecer um novo e misterioso motivo. O mais insuspeito, talvez, é o caso dos sonhos traumáticos, mas uma reflexão mais atenta nos faz admitir que também nos outros exemplos a ação dos motivos que conhecemos não responde pelo fato. O que ainda resta é bastante para justificar a hipótese da compulsão de repetição, e esta quer nos parecer mais primordial, mais elementar, mais instintual do que o princípio do prazer, por ela posto de lado. Se houver na psique uma tal compulsão à repetição, porém, então gostaríamos de saber algo sobre ela, a qual função corresponde, em que condições pode evidenciar-se, e que relação tem com o princípio do prazer, ao qual até agora,

afinal, confiamos o domínio sobre o curso dos processos de excitação na vida mental.

IV

O que se segue é especulação, às vezes especulação extremada, que cada um pode apreciar ou dispensar, conforme a atitude que lhe for própria. É, além do mais, uma tentativa de explorar conseqüentemente uma ideia, por curiosidade de ver aonde levará.

A especulação psicanalítica parte da impressão, recebida na investigação dos processos inconscientes, de que a consciência pode não ser a característica geral dos processos psíquicos, mas apenas uma função particular deles. Em termos metapsicológicos, ela afirma que a consciência é realização de um sistema especial, que denomina *Cs*. Dado que a consciência fornece, essencialmente, percepções de excitações vindas do mundo externo e sensações de prazer e de-sprazer que podem se originar apenas do interior do aparelho psíquico, pode-se atribuir ao sistema *P-Cs* uma localização espacial. Ele deve estar na fronteira entre exterior e interior, voltado para o mundo externo e envolvendo os outros sistemas psíquicos. Notamos que com essas hipóteses não arriscamos algo novo, mas acompanhamos a anatomia cerebral, que situa a “sede” da consciência no córtex, a camada mais exterior do cérebro, que envolve as demais. A anatomia cerebral não precisa ocupar-se da razão pela qual — anatomicamente falando — a consciência está alojada justamente na superfície do cérebro, em vez de bem abrigada em algum íntimo recôndito seu. Talvez consigamos ir mais longe, na busca de explicação para esse local em nosso sistema *P-Cs*.

A consciência não é a única peculiaridade que nós conferimos aos processos que têm lugar nesse sistema. Apoiados nas impressões de nossa experiência psicanalítica, supomos que todas as ocorrências excitatórias dos outros sistemas deixam neles, como fundamento da memória, traços duradouros, vestígios

de lembranças, portanto, que nada têm a ver com o processo de tornar-se consciente. Eles são, com frequência, mais fortes e mais permanentes quando o evento que os deixa nunca atinge a consciência. Mas achamos difícil crer que tais marcas duradouras de excitação também se produzam no sistema *P-Cs*. Logo elas restringiriam a aptidão do sistema para acolher novas excitações,¹⁰ caso sempre permanecessem conscientes; de outro modo, tornando-se inconscientes nos poriam diante da tarefa de explicar a existência de processos inconscientes num sistema cujo funcionamento é, em todo o resto, acompanhado do fenômeno da consciência. Não teríamos modificado nem ganhado nada, por assim dizer, com a hipótese de relegar o tornar-se consciente para um sistema especial. Embora esta não seja absolutamente uma consideração decisiva, pode nos levar à conjectura de que tornar-se consciente e deixar traço de lembrança são incompatíveis dentro do mesmo sistema. Assim poderíamos dizer que no sistema *Cs* o evento excitatório torna-se consciente, mas não deixa marca duradoura; todas as suas marcas, nas quais se apoia a recordação, seriam produzidas nos sistemas adjacentes internos, ao transmitir-se para eles a excitação. Nesse sentido foi esboçado o esquema que inseri na parte especulativa de minha *Interpretação dos sonhos*, em 1900. Ao considerar quão pouco sabemos por outras fontes sobre a origem da consciência, terá de ser concedida, à tese de que *a consciência surge no lugar do traço de lembrança*, pelo menos a importância de uma afirmação que de algum modo é precisa.

O que distinguiria o sistema *Cs*, portanto, seria a peculiaridade de que nele, diferentemente de todos os demais sistemas psíquicos, o processo de excitação não deixa uma permanente mudança dos elementos, mas como que se exaure no fenômeno do tornar-se consciente. Um tal desvio da norma geral pede explicação mediante um fator que entra em consideração apenas para esse sistema, e esse fator, que faltaria nos demais sistemas, bem poderia ser a localização exposta do sistema *Cs*, sua imediata vizinhança com o mundo exterior.

Imaginemos o organismo vivo, na sua maior simplificação, como uma indiferenciada vesícula de substância excitável; a sua superfície voltada para o mundo externo é então diferenciada pela própria localização, servindo como órgão receptor de estímulos. A embriologia, enquanto repetição da história evolutiva, mostra realmente que o sistema nervoso central provém do ectoderma, e que o cinzento córtex cerebral é ainda um derivado da superfície primitiva e poderia ter herdado características essenciais desta. Seria concebível, então, que o incessante choque dos estímulos externos na superfície da vesícula alterasse a sua substância até uma certa profundidade, de modo que o processo de excitação desta transcorresse diferentemente do que sucederia nas camadas mais profundas. Assim se formaria uma casca, afinal tão curtida pela ação dos estímulos, que apresentaria as mais favoráveis condições para a recepção de estímulos e não seria capaz de outras modificações. Transposto para o sistema Cs, isso significa que os seus elementos não poderiam mais admitir mudança permanente na passagem da excitação, porque nesse sentido já estariam modificados ao extremo. Mas então se achariam capacitados a fazer surgir a consciência. Sobre a natureza dessa modificação da substância e do processo de excitação no interior dela podemos formar concepções diversas, que no momento se furtam à verificação. Pode-se supor que, ao passar de um elemento para o outro, a excitação tenha de superar uma resistência e essa diminuição da resistência produza o traço permanente da excitação (a facilitação); no sistema Cs não existiria mais, portanto, uma tal resistência à transição de um elemento para o outro. Tal concepção pode ser relacionada à distinção, feita por Breuer, entre energia de investimento parada (ligada) e livremente móvel, nos elementos dos sistemas psíquicos;¹¹ então os elementos do sistema Cs não conduziriam energia ligada, apenas energia capaz de livre descarga. Mas por enquanto creio ser melhor expressar-me de forma um tanto imprecisa sobre essa questão. De todo modo, com essa especulação enredaríamos, em alguma medida, a gênese da consciência com a localização do sistema Cs e as peculiaridades do processo excitatório que lhe devem ser atribuídas.

Ainda temos algo a observar sobre a vesícula vivente e sua camada cortical receptiva a estímulos. Esse pequeno pedaço de substância viva flutua num mundo externo carregado de fortes energias, e seria liquidado pela ação dos estímulos que vêm dele se não fosse dotado de uma *proteção contra estímulos*. Ele a adquire da forma seguinte: sua superfície mais exterior perde a estrutura própria do que vive, torna-se inorgânica em certa medida, e funciona como um invólucro ou membrana especial que detém estímulos, isto é, faz com que as energias do mundo exterior possam penetrar com uma fração de sua intensidade nas camadas adjacentes, que permaneceram vivas. Essas podem então, por trás da proteção, dedicar-se à recepção das quantidades de estímulos que passaram. Mas a camada externa, com sua morte, preservou do mesmo destino aquelas mais profundas, pelo menos enquanto não chegam estímulos de força tal que furem a proteção. Para o organismo vivo, a proteção contra estímulos é tarefa quase mais importante do que a recepção de estímulos; ele* está equipado com uma reserva própria de energia, e tem de empenhar-se sobretudo em preservar as formas especiais de transformação de energia, que nele ocorrem, da influência niveladora, e portanto destruidora, das imensas energias que operam do lado de fora. A recepção de estímulos serve antes de tudo ao propósito de saber a direção e a espécie dos estímulos externos, e para isso basta retirar pequenas amostras do mundo externo, prová-lo em quantidades mínimas. Nos organismos altamente desenvolvidos, a camada cortical receptora de estímulos da ex-vesícula retirou-se há muito para as profundezas do interior do corpo, mas porções dela ficaram na superfície, imediatamente abaixo da proteção geral contra estímulos. São os órgãos dos sentidos, que contêm, no essencial, dispositivos para a recepção de estímulos específicos, mas também mecanismos especiais para ainda proteger contra excessivos montantes de estímulos e deter espécies inadequadas de estímulos. É característico deles o fato de elaborarem quantidades muito pequenas do estímulo externo, de apenas tomarem mostras casuais do mundo exterior; talvez possamos compará-los a antenas que tateiam o mundo externo e sempre se retiram novamente dele.

Neste ponto me permitirei abordar brevemente uma questão que mereceria tratamento aprofundado. A tese de Kant, segundo a qual o tempo e o espaço são formas necessárias de nosso pensamento, pode hoje ser submetida a uma discussão, devido a certos conhecimentos psicanalíticos. Vimos que os processos psíquicos inconscientes são “atemporais” em si. Isto significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que neles o tempo nada muda, que a ideia de tempo não lhes pode ser aplicada. São características negativas, que apenas se fazem compreensíveis quando comparadas aos processos psíquicos conscientes. Nossa abstrata ideia de tempo parece derivar inteiramente do modo de trabalho do sistema *P-Cs*, correspondendo a uma autopercepção dele. Com esse modo de funcionamento do sistema poderia ser tomado um outro caminho para a proteção contra estímulos. Sei que tais afirmações soam obscuras, mas tenho que me limitar a indicações desse tipo.

Expusemos como a vesícula viva é dotada de uma barreira contra estímulos do mundo externo. Antes verificamos que a camada cortical vizinha desta tem que ser diferenciada como órgão para a recepção de estímulos de fora. Mas essa camada sensível, que se tornará o sistema *Cs*, também recebe excitações vindas de dentro; a posição do sistema, que fica entre o exterior e o interior, e a diversidade das condições para que haja influência de um ou de outro lado tornam-se decisivas para a operação do sistema e de todo o aparelho psíquico. Contra o exterior existe uma proteção, as quantidades de excitação que chegam terão um efeito reduzido; em relação ao interior é impossível a proteção, as excitações das camadas mais profundas se propagam de forma direta e não atenuada no sistema, na medida em que determinadas características de seu curso produzem a série das sensações de prazer-desprazer. Sem dúvida, as excitações vindas de dentro serão, por sua intensidade e por características outras, qualitativas (e eventualmente por sua amplitude), mais adequadas ao modo de funcionamento do sistema do que os estímulos provenientes do mundo exterior. Mas duas coisas são decididas por tal situação: em primeiro lugar, a prevalência das sensações de prazer e desprazer, que são um índice

para o que ocorre no interior do aparelho, sobre todos os estímulos externos; em segundo lugar, a adoção de uma conduta ante as excitações internas que provocam um excessivo aumento do desprazer. Haverá a tendência de tratá-las como se agissem a partir de fora e não de dentro, para poder usar contra elas os meios defensivos da proteção contra estímulos. Essa é a origem da *projeção*, destinada a ter um papel importante na causação dos processos patológicos.

Tenho a impressão de que essas últimas reflexões nos fizeram compreender melhor a dominação do princípio do prazer; mas não pudemos esclarecer os casos que a ele se opõem. Vamos dar um passo adiante, então. Às excitações externas que são fortes o suficiente para romper a proteção nós denominamos *traumáticas*. Acho que o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz. Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa. Mas o princípio do prazer é inicialmente posto fora de ação. Já não se pode evitar que o aparelho psíquico seja inundado por grandes quantidades de estímulo; surge, isto sim, outra tarefa, a de controlar o estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação.

O desprazer específico da dor física resulta, provavelmente, de que a barreira contra estímulos foi rompida numa área limitada. Desse lugar na periferia, então, afluem para o aparelho psíquico excitações contínuas, que normalmente podiam vir apenas do interior do aparelho.¹² E como podemos esperar que a psique reaja a essa irrupção? De todos os lados é convocada energia de investimento, a fim de criar, em torno do local da irrupção, investimentos de energia correspondentemente elevados. Produz-se um enorme “contrainvestimento”, em favor do qual todos os demais sistemas psíquicos empobrecem, de modo que há uma extensa paralisação ou redução do funcionamento psíquico restante. Nós buscamos aprender com tais exemplos, baseando nossas conjecturas metapsicológicas em tais modelos. Desse comportamento, então, inferimos que um sistema altamente investido é capaz de acolher a nova energia que

para ele afluí e transformá-la em investimento parado, ou seja, “ligá-la” psiquicamente. Quanto mais alto o investimento parado, tanto maior a sua força ligadora; de maneira contrária, quanto mais baixo for o investimento do sistema, tanto menos estará capacitado para receber a energia afluyente, tanto mais violentas serão as consequências de uma tal ruptura da proteção. Não seria justo objetar a essa concepção que a elevação do investimento em torno do local da irrupção se explicaria mais facilmente pela direta transmissão das quantidades de energia que chegam. Se assim fosse, o aparelho psíquico experimentaria tão só um acréscimo de seus investimentos de energia, continuando inexplicados o caráter paralisante da dor e o empobrecimento dos demais sistemas. Os impetuosos efeitos de descarga produzidos pela dor também não contrariam nossa explicação, pois se dão de maneira reflexa, isto é, ocorrem sem a intermediação do aparelho psíquico. A vagueza de todas essas nossas discussões, que chamamos de metapsicológicas, vem naturalmente do fato de nada sabermos sobre a natureza do processo excitatório que há nos elementos dos sistemas psíquicos e de não nos sentirmos autorizados a fazer qualquer suposição acerca disso. Então operamos sempre com um grande “x”, que transportamos para toda nova fórmula. Bem podemos esperar que este processo se realize com energias quantitativamente variadas, e também nos parece provável que ele tenha mais de uma qualidade (como uma amplitude, por exemplo); como algo novo examinamos a colocação de Breuer, segundo a qual há duas formas de preenchimento de energia, de modo que se deve distinguir entre um investimento que flui livremente, pressionando por descarga, e um investimento parado dos sistemas psíquicos (ou de seus elementos). E talvez possamos conjecturar que o “ligamento” da energia que flui para o aparelho psíquico consiste na passagem do estado de livre fluência para o estado de imobilidade.

Creio que podemos nos arriscar a ver a neurose traumática ordinária como a consequência de uma vasta ruptura da proteção contra estímulos. Assim estaria reabilitada a velha e ingênua teoria do choque, em aparente contraste com

uma posterior e psicologicamente mais ambiciosa, que não atribui significação etiológica ao efeito da violência mecânica, mas ao terror e à ameaça para a vida. Esses opostos não são inconciliáveis, porém, e a concepção psicanalítica da neurose traumática não é idêntica à teoria do choque em sua forma crua. Para esta a essência do choque estaria no dano direto da estrutura molecular, ou mesmo da estrutura histológica dos elementos do sistema nervoso, enquanto nós procuramos explicar seu efeito pela ruptura da proteção [contra estímulos] para o órgão psíquico e pelas tarefas que daí resultam. O susto mantém sua importância também para nós. A condição para ele é a ausência de preparação para a angústia,* que implica o sobreinvestimento dos sistemas que primeiro recebem o estímulo. Devido a esse menor investimento, os sistemas não se acham em boas condições de ligar as quantidades de excitação que chegam, e as consequências da ruptura da proteção se verificam mais facilmente. Vemos, assim, que a preparação para a angústia, com o sobreinvestimento dos sistemas receptores, representa a última linha da barreira contra estímulos. Em toda uma série de traumas, a diferença entre os sistemas não preparados e aqueles preparados pelo sobreinvestimento pode ser o fator decisivo para o resultado final; ela provavelmente não terá peso a partir de uma certa intensidade do trauma. Se os sonhos dos neuróticos que sofreram acidentes fazem os doentes voltarem regularmente à situação do acidente, então eles não se acham a serviço da realização de desejos, cuja satisfação alucinatória tornou-se, sob o domínio do princípio do prazer, função dos sonhos. Mas podemos supor que desse modo eles contribuem para outra tarefa, que deve ser resolvida antes que o princípio do prazer possa começar seu domínio. Tais sonhos buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa da neurose traumática. Assim nos permitem vislumbrar uma função do aparelho psíquico, que, sem contrariar o princípio do prazer, é independente dele e parece mais primitiva que a intenção de obter prazer e evitar desprazer.

Aqui seria, então, o lugar de admitir pela primeira vez uma exceção à tese de que o sonho é uma realização de desejo. Os sonhos de angústia não constituem exceções tais, como já demonstrei repetidamente e em detalhe, e tampouco os “sonhos de castigo”, pois apenas substituem a realização proibida do desejo pelo castigo que lhe é apropriado, sendo, portanto, a realização de desejo da consciência de culpa que reage ao instinto repudiado. Mas os supra-mencionados sonhos dos neuróticos traumáticos já não se incluem na perspectiva da realização de desejo, nem os sonhos, ocorrentes nas psicanálises, que nos trazem à memória os traumas psíquicos da infância. Eles obedecem antes à compulsão de repetição, que na análise, de fato, é favorecida pelo desejo (encorajado pela “sugestão”) de evocar o que foi esquecido e reprimido. Assim, também a função do sonho, de eliminar motivos para a interrupção do sono por meio da realização de desejos, não seria a sua função original; ele a teria assumido apenas depois que toda a vida psíquica aceitou o domínio do princípio do prazer. Se existe um “além do princípio do prazer”, é coerente admitir que também houve uma época anterior à tendência dos sonhos a realizar desejos. Com isso não é contrariada a sua função posterior. Mas surge, uma vez rompida essa tendência, uma outra questão: Tais sonhos que obedecem à compulsão de repetição, no interesse do ligamento psíquico de impressões traumáticas, não serão possíveis também fora da análise? A resposta é certamente afirmativa.

Acerca das “neuroses de guerra”, na medida em que essa expressão denote mais do que as circunstâncias em que surgiu a doença, já expus, em outro lugar, que elas bem poderiam ser neuroses traumáticas que foram facilitadas por um conflito do Eu.¹³ O fato que mencionei acima [parte II], de que uma séria ferida causada simultaneamente pelo trauma diminui as chances para o surgimento de uma neurose, deixa de ser incompreensível se lembramos duas das condições enfatizadas pela pesquisa psicanalítica. Primeiro, que o estreme-cimento mecânico deve ser reconhecido como uma das fontes de excitação

sexual (cf. as observações sobre o efeito de balançar-se e de andar de trem, em *Três ensaios de uma teoria da sexualidade* [1905]); segundo, que uma doença dolorosa e febril tem, enquanto dura, poderosa influência na distribuição da libido. Assim, a violência mecânica do trauma liberaria o *quantum* de excitação sexual que, devido à falta de preparação para a angústia, tem efeito traumático, mas o simultâneo ferimento físico, ao solicitar um sobreinvestimento narcísico do órgão ofendido, ligaria o excesso de excitação (ver “Introdução ao narcisismo” [1914]). É também conhecido, embora não suficientemente utilizado na teoria da libido, que severos distúrbios na distribuição da libido, como o da melancolia, são temporariamente eliminados por uma doença orgânica intercorrente, e mesmo um estado plenamente desenvolvido de *dementia praecox* é capaz de remissão, em igual circunstância.

V

A falta de uma barreira contra excitações que venham do interior, na camada cortical receptora de estímulos, terá a consequência de que tais transmissões de estímulos adquirem a maior importância econômica e frequentemente dão ensejo a distúrbios econômicos equiparáveis a neuroses traumáticas. As mais ricas fontes de tal excitação interior são os chamados instintos do organismo, os representantes de todas as forças procedentes do interior do corpo e transmitidas ao aparelho psíquico, que constituem o elemento mais importante e mais obscuro da pesquisa psicológica.

Talvez não seja muito arriscado supor que os impulsos que partem dos instintos não obedecem ao tipo de processo nervoso “ligado”, mas àquele livremente móvel, que pressiona por descarga. Nosso melhor conhecimento sobre tais processos vem do estudo do trabalho do sonho. Ali descobrimos que os processos que ocorrem nos sistemas inconscientes são fundamentalmente diversos daqueles dos (pré-)conscientes, que no inconsciente os investimentos

podem ser transferidos, deslocados, condensados inteiramente, algo que poderia ter apenas resultados defeituosos, se acontecesse com material pré-consciente, e que por isso também resulta nas conhecidas peculiaridades do sonho manifesto, depois que os vestígios diurnos pré-conscientes sofreram elaboração conforme as leis do inconsciente. Denominei esse tipo de processo no inconsciente de processo psíquico “primário”, para distingui-lo do processo secundário que vigora em nossa vida normal, desperta. Como todos os impulsos instintuais afetam os sistemas inconscientes, não é propriamente uma novidade afirmar que eles seguem o processo primário e, por outro lado, não é preciso muito para identificar o processo psíquico primário com o investimento livremente móvel, e o processo secundário com as mudanças no investimento ligado ou tônico de Breuer.¹⁴ Então seria tarefa das camadas elevadas do aparelho psíquico ligar a excitação dos instintos que atinge o processo primário. O malogro desse ligamento provocaria um distúrbio análogo à neurose traumática; somente após a sua realização o domínio do princípio do prazer (e de sua modificação, o princípio da realidade) poderia ocorrer sem estorvos. Até então, porém, a outra tarefa do aparelho psíquico, controlar ou ligar a excitação, teria precedência, não em oposição ao princípio do prazer, é certo, mas de forma independente dele e sem consideração por ele, em parte.

As manifestações de uma compulsão à repetição, que descrevemos nas primeiras atividades da vida psíquica infantil e também nas vivências da terapia analítica, exibem em alto grau um caráter impulsivo* e, quando se acham em oposição ao princípio do prazer, um caráter demoníaco.** No caso do jogo infantil, acreditamos perceber que a criança também repete a vivência desprazerosa porque sua atividade lhe permite lidar com a forte impressão de maneira mais completa do que se apenas a sofresse passivamente. Cada nova repetição parece melhorar o controle que ela busca ter sobre a impressão, e também nas vivências prazerosas a criança não é saciada pelas repetições, insistindo implacavelmente para que a impressão seja igual. Esse traço do caráter

desaparecerá com o tempo. Uma piada ouvida pela segunda vez quase não terá efeito, uma representação teatral nunca obterá, na segunda vez, a impressão que deixou na primeira; e dificilmente um adulto será persuadido a reler de imediato um livro que o agradou bastante. A novidade sempre será a condição para se fruir algo. Mas a criança não se cansará de exigir do adulto a repetição de uma brincadeira que este lhe mostrou ou realizou com ela, até que ele se recuse a fazê-lo, exausto; e, ao lhe contarem uma bela história, quer sempre ouvir de novo aquela mesma, em vez de outra, insiste em que a repetição seja idêntica e corrige qualquer alteração perpetrada pelo narrador, com a qual ele talvez esperasse algum êxito. Nisso não é contrariado o princípio do prazer; obviamente a repetição, o reencontro do idêntico, é em si mesma fonte de prazer. Já no analisando se torna claro que a compulsão de repetir na transferência episódios de sua infância desconsidera *de todo modo* o princípio do prazer. O doente se comporta infantilmente, mostrando-nos que os traços de lembrança reprimidos de suas experiências primevas não se acham nele presentes em estado ligado, e mesmo não são capazes, em certa medida, de obedecer ao processo secundário. A esse não ligamento devem eles também sua capacidade de formar, apegando-se aos vestígios diurnos, uma fantasia-desejo que se apresenta no sonho.* A mesma compulsão à repetição nos aparece frequentemente como obstáculo terapêutico, quando queremos promover a completa separação do médico por parte do paciente, no final do tratamento, e é de supor que o obscuro medo que sentem os não familiarizados com a psicanálise, de despertar algo que em sua opinião deveria ficar dormindo, representa, no fundo, o receio de que surja tal compulsão demoníaca.

Mas de que modo se relacionam o caráter impulsivo e a compulsão à repetição? Aqui se nos impõe a ideia de que viemos a deparar com uma característica geral dos instintos, talvez de toda a vida orgânica, que até agora não foi claramente reconhecida ou, pelo menos, explicitamente enfatizada. *Um instinto seria um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um*

estado anterior, que esse ser vivo teve de abandonar por influência de perturbadoras forças externas, uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quiserem, a expressão da inércia da vida orgânica.¹⁵

Tal concepção do instinto soa estranha, pois já nos habituamos a ver nele o fator que impele à mudança e ao desenvolvimento, e devemos agora reconhecer ali a expressão da natureza *conservadora* do vivente. Por outro lado, logo nos vêm ao espírito exemplos da vida animal que parecem confirmar que os instintos são historicamente condicionados. Quando certos peixes empreendem árduas migrações na época da desova, para depositar os ovos em águas bem distantes de seus lugares habituais, eles apenas procuram, na interpretação de muitos biólogos, os antigos locais de habitação de sua espécie, que no decorrer do tempo trocaram por outros. O mesmo se aplicaria aos voos das aves migratórias, logo somos desobrigados da busca por novos exemplos, ao lembrar que nos fenômenos da hereditariedade e nos fatos da embriologia estão as provas mais formidáveis de uma orgânica compulsão a repetir. Vemos que o germe de um animal vivo é obrigado a repetir em seu desenvolvimento — de maneira fugaz e abreviada, certamente — as estruturas de todas as formas de que ele procede, em vez de tomar a via mais curta para a sua configuração definitiva, e apenas em grau mínimo podemos explicar mecanicamente essa conduta, não podendo deixar de lado a explicação histórica. Do mesmo modo vai bem alto, na hierarquia do reino animal, a capacidade reprodutiva que substitui um órgão perdido mediante a formação de um novo, exatamente igual a ele.

A objeção natural de que pode haver, além dos instintos conservadores que obrigam à repetição, também outros, que impelem à criação de novas formas e ao progresso, não pode ser desconsiderada; mais adiante ela será incluída em nossas ponderações. No momento somos tentados a levar às suas últimas consequências a hipótese de que todos os instintos querem restabelecer algo anterior. Se o que daí resultar parecer “profundo” ou causar impressão mística, sabemos que não nos podem fazer a censura de que buscamos esse efeito. Nós

procuramos os sóbrios resultados da pesquisa ou da reflexão nela baseada, e não desejamos que eles possuam outra característica senão a da certeza.¹⁶

Portanto, se todos os instintos orgânicos são conservadores, historicamente adquiridos e orientados para a regressão, o restabelecimento de algo anterior, temos de pôr os êxitos do desenvolvimento orgânico na conta de influências externas, perturbadoras e desviantes. O ser vivo elementar não pretenderia mudar desde o seu início; permanecendo iguais as condições, ele repetiria sempre o mesmo curso de vida. Mas, em última instância, a história do desenvolvimento da terra e de sua relação com o sol é que deixaria sua marca no desenvolvimento dos organismos. Os instintos orgânicos conservadores acolheram cada uma dessas mudanças impostas ao curso da vida e as preservaram para a repetição, e assim produzem a enganadora impressão de forças que aspiram à transformação e ao progresso, quando apenas tratam de alcançar uma antiga meta por vias antigas e novas. Também essa meta final de todo esforço orgânico pode ser indicada. Seria contrário à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado nunca antes alcançado. Terá de ser, isto sim, um velho estado inicial, que o vivente abandonou certa vez e ao qual ele se esforça por voltar, através de todos os rodeios de seu desenvolvimento. Se é lícito aceitarmos, como experiência que não tem exceção, que todo ser vivo morre por razões *internas*, retorna ao estado inorgânico, então só podemos dizer que *o objetivo de toda vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existia antes que o vivente*.

Em algum momento, por uma ação de forças ainda inteiramente inimaginável, os atributos do vivente foram suscitados na matéria inanimada. Talvez tenha sido um processo exemplarmente semelhante ao que depois, em certa camada da matéria viva, fez surgir a consciência. A tensão que sobreveio, na substância anteriormente inanimada, procurou anular a si mesma; foi o primeiro instinto, o de retornar ao inanimado. Era fácil morrer, para a matéria então vivente; provavelmente percorria um curso de vida bastante breve, cuja direção era determinada pela estrutura química da jovem vida. Assim, por

longo tempo a substância viva pode ter sido repetidamente criada, sempre morrendo com facilidade, até que decisivas influências externas mudaram de forma tal que obrigaram a substância ainda sobrevivente a desviar-se cada vez mais do curso de vida original e fazer rodeios cada vez mais complicados até alcançar a meta da morte. Tais rodeios rumo à morte, fielmente seguidos pelos instintos conservadores, nos ofereceriam hoje o quadro dos fenômenos da vida. Se nos ativermos à natureza exclusivamente conservadora dos instintos, não poderemos chegar a outras conjecturas acerca da origem e do objetivo da vida.

Tão surpreendente quanto essas conclusões é a que diz respeito aos grandes grupos de instintos que estabelecemos por trás dos fenômenos da vida. O postulado de instintos autoconservadores, por nós atribuídos a todo ser vivente, acha-se em curiosa oposição ao pressuposto de que toda a vida instintual serve à realização da morte. Vista sob essa luz, diminui consideravelmente a importância teórica dos instintos de autoconservação, de poder e de autoafirmação; são instintos parciais, destinados a garantir o curso da morte própria do organismo e manter afastadas as possibilidades de retorno ao inorgânico que não sejam imanentes, mas é descartado o enigmático empenho do organismo em afirmar-se contra tudo e todos, algo que não se ajusta a nenhum contexto. O que daí resta é que o organismo pretende morrer apenas a seu modo; tais guardiães da vida também foram, originalmente, guarda-costas da morte. Surge então o paradoxo de que o organismo vivo se rebela fortemente contra influências (perigos) que poderiam ajudá-lo a alcançar sua meta de vida por um caminho curto (mediante curto-circuito, digamos), mas essa conduta caracteriza justamente os esforços apenas instintuais, em oposição aos inteligentes.

Mas reflitamos um momento, isso não pode ser assim! Aparecem sob uma nova luz os instintos sexuais, que na teoria das neuroses têm uma posição especial. Nem todos os organismos estão sujeitos à coação externa, que os impelia a um desenvolvimento cada vez mais amplo. Muitos conseguiram manter-se no seu baixo estágio até o presente; e ainda hoje vivem, se não todos, muitos dos

seres que devem semelhar estágios anteriores dos animais e plantas mais avançados. De igual modo, nem todos os organismos elementares que formam o complicado corpo de um ser vivo superior perfazem todo o curso de desenvolvimento até a morte natural. Alguns entre eles, as células germinativas, provavelmente conservam a estrutura original da substância viva e após um certo tempo se destacam do organismo inteiro, com todas as suas disposições instintuais herdadas e recentemente adquiridas. Talvez sejam precisamente essas duas características que lhes tornam possível a existência autônoma. Em condições favoráveis começam a desenvolver-se, isto é, a repetir o jogo a que devem sua gênese, e afinal uma parte de sua substância prossegue o desenvolvimento até o fim, enquanto outra parte retorna ao início do desenvolvimento, como novo resíduo germinal. Assim, tais células germinativas trabalham contra a morte da substância viva e conseguem obter para ela o que deve nos parecer uma imortalidade potencial, embora talvez signifique apenas um alongamento do caminho para a morte. Altamente significativo, para nós, é o fato de ser a fusão da célula germinativa com outra — a ela semelhante, porém diferente — que reforça ou mesmo permite essa operação.

Os instintos que tratam dos destinos desses organismos elementares que sobrevivem ao ser individual, cuidam de sua guarida enquanto se acham indefesos contra os estímulos do mundo externo, promovem o seu encontro com outras células germinativas etc., formam o grupo dos instintos sexuais. Eles são conservadores no mesmo sentido que os outros, ao trazerem de volta estados anteriores da substância viva, mas o são em medida maior, ao se revelarem peculiarmente resistentes aos influxos externos, e também num outro sentido ainda, pois conservam a vida mesma por períodos mais longos.¹⁷ Eles são propriamente os instintos de vida; pelo fato de agirem contra a intenção dos outros instintos — que, devido à sua função, conduz à morte —, insinua-se uma oposição entre eles e os demais, cuja importância logo foi reconhecida pela teoria das neuroses. É como um ritmo hesitante na vida dos organismos; um grupo de instintos precipita-se para a frente, a fim de alcançar a meta final da

vida o mais rapidamente possível; atingida uma determinada altura desse caminho, o outro corre para trás, a fim de retomá-lo de certo ponto e assim prolongar a jornada. Ainda que a sexualidade e a diferença dos sexos certamente não existissem no começo da vida, é possível que os instintos depois designados como sexuais tenham entrado em atividade desde o princípio, não tendo empreendido somente num instante posterior o seu trabalho contra o jogo dos “instintos do Eu”.¹⁸

Agora voltemos atrás nós mesmos, para perguntar se todas essas especulações têm fundamento. Realmente não existem, *à parte os instintos sexuais*, outros instintos senão os que querem restabelecer um estado anterior, nem outros que aspirem a um estado jamais atingido? Não sei, no mundo orgânico, de exemplo seguro que contradiga a caracterização aqui proposta. Certamente não se constata, no mundo das plantas e dos animais, um instinto* universal rumo ao desenvolvimento mais elevado, embora permaneça indiscutível que há uma tal direção no desenvolvimento. Mas, por um lado, frequentemente não passa de avaliação nossa, quando afirmamos que um estágio de desenvolvimento é mais elevado que outro, e a ciência do ser vivente, por outro lado, mostra-nos que o desenvolvimento superior num ponto é, muitas vezes, obtido ou compensado pela regressão num outro. Também existem bastantes formas animais cujos estados juvenis nos fazem ver que o seu desenvolvimento assumiu, de fato, caráter regressivo. Tanto o desenvolvimento superior como a regressão poderiam ser consequências de forças externas que impelem à adaptação, e o papel dos instintos poderia limitar-se, em ambos os casos, a reter como fonte interna de prazer a mudança imposta.¹⁹

Para muitos de nós pode ser difícil abandonar a crença de que no próprio homem há um impulso para a perfeição, que o levou a seu atual nível de realização intelectual e sublimação ética e do qual se esperaria que cuidasse de seu desenvolvimento rumo ao super-homem. Ocorre que eu não acredito em tal impulso interior e não vejo como poupar essa benevolente ilusão. A evolução humana, até agora, não me parece necessitar de explicação diferente daquela

dos animais, e o que observamos de incansável ímpeto rumo à perfeição, numa minoria de indivíduos, pode ser entendido como consequência da repressão instintual em que se baseia o que há de mais precioso na cultura humana. O instinto reprimido jamais desiste de lutar por sua completa satisfação, que consistiria na repetição de uma vivência primária de satisfação; todas as formações substitutivas e reativas, todas as sublimações não bastam para suprimir sua contínua tensão, e da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido resulta o fator impulsor que não admite a permanência em nenhuma das situações produzidas, mas, nas palavras do poeta, “sempre impele, indomável, para a frente” (Mefistófeles, no *Fausto*, I, Gabinete de estudos [cena 4]). O caminho para trás, para a completa satisfação, é em geral obstruído pelas resistências que mantêm as repressões, e assim não resta senão continuar pela direção de desenvolvimento ainda livre, embora sem perspectiva de encerrar o processo e poder alcançar a meta. Os eventos implicados na formação de uma fobia neurótica, que não é senão tentativa de fuga ante uma satisfação instintual, nos proporcionam o modelo para a gênese desse aparente “instinto de aperfeiçoamento”, que de modo algum podemos atribuir a todos os indivíduos. As condições dinâmicas para ele estão universalmente presentes, é certo, mas as circunstâncias econômicas parecem contribuir para o fenômeno apenas em casos raros.

Seja apenas indicado, em breves palavras, que o esforço de Eros para reunir o orgânico em unidades cada vez maiores provavelmente substitui o “instinto de aperfeiçoamento” que não podemos admitir. Associado aos efeitos da repressão, ele poderia explicar os fenômenos atribuídos a este.

VI

O resultado até agora obtido, estabelecendo uma aguda oposição entre os “instintos do Eu” e os instintos sexuais, sendo que aqueles impelem à morte e

estes à continuação da vida, em muitos aspectos não satisfará sequer a nós mesmos. A isto se junta que somente àqueles podemos atribuir o caráter conservador, ou melhor, regressivo, do instinto, correspondente a uma compulsão de repetição. Pois, segundo nossa hipótese, os instintos do Eu procedem da animação da matéria inanimada e querem restaurar a condição inanimada. Quanto aos instintos sexuais — é óbvio que reproduzem os estados primitivos do vivente, mas o objetivo que perseguem com todos os meios é a fusão de duas células germinativas diferenciadas de certa maneira. Quando não se realiza essa união, morre a célula germinativa, assim como os outros elementos do organismo multicelular. Apenas nessas condições pode a função sexual prolongar a vida e dar-lhe aparência de imortalidade. Mas que importante evento no curso de desenvolvimento da substância viva é repetido na procriação sexual ou em sua precursora, a copulação de dois indivíduos entre os protozoários? Isso não sabemos dizer, e portanto nos sentiríamos aliviados se toda essa nossa estrutura de pensamentos demonstrasse estar errada. A oposição entre instintos do Eu (de morte) e instintos sexuais (de vida) seria descartada, e com isso também a compulsão à repetição perderia a importância que lhe foi dada.

Então voltemos a uma hipótese que aqui oferecemos, esperando que ela admita uma refutação exata. Baseamos ainda outras conclusões no pressuposto de que todo ser vivo tem de morrer por causas internas. Lançamos tal suposição despreocupadamente, porque ela não nos parece uma suposição. Estamos habituados a pensar assim, nossos poetas nos encorajam a isso. Talvez tenhamos nos decidido a fazê-lo porque há um consolo nessa crença. Se a pessoa mesma deve morrer, após presenciar a morte dos seus entes mais queridos, ela preferirá submeter-se a uma implacável lei natural, à soberba 'Ανάγκη [*Ananke*, necessidade], do que a um acaso que poderia ser evitado. Mas talvez essa crença na íntima natureza de lei que haveria na morte seja apenas mais uma das ilusões que nós criamos, “para suportar o peso da existência”.* Com certeza não é uma crença primordial, pois a ideia de uma “morte natural” é

alheia aos povos primitivos; toda morte, entre eles, é imputada à influência de um inimigo ou de um mau espírito. Por isso não deixemos de recorrer à biologia, a fim de examinar essa crença.

Se o fizermos, ficaremos espantados em ver a discordância que há entre os biólogos sobre a questão da morte natural, e em como lhes escapa entre as mãos o próprio conceito de morte. O fato de pelo menos os animais superiores terem uma duração média de vida depõe, naturalmente, a favor da morte por causas internas, mas a circunstância de alguns grandes animais e árvores gigantescas atingirem idades muito avançadas, até agora incalculáveis, anula tal impressão. Segundo a grandiosa concepção de Wilhelm Fliess, todos os fenômenos vitais dos organismos — e, por certo, também sua morte — estão ligados ao cumprimento de determinados prazos, nos quais se expressa a dependência de duas substâncias vivas, uma masculina e a outra feminina, em relação ao ano solar. Mas as observações sobre a facilidade e a alta medida com que a influência de forças externas pode mudar as manifestações vitais quanto à sua ocorrência no tempo, particularmente no mundo das plantas, precipitando-as ou atrasando-as, embaraçam a rigidez das fórmulas de Fliess e fazem duvidar, no mínimo, que as leis por ele postuladas tenham vigência exclusiva.

Para nós o interesse maior relaciona-se ao tratamento dado ao tema da duração da vida e da morte nos trabalhos de A. Weismann.²⁰ Desse pesquisador vem a diferenciação da substância viva em uma metade mortal e outra imortal; aquela mortal é o corpo no sentido estrito, o *soma*, apenas ela está sujeita à morte natural, mas as células germinativas são *potentia* [potencialmente] imortais, na medida em que são capazes de, em certas condições favoráveis, desenvolver-se num novo indivíduo, ou, expresso de outra forma, rodear-se de um novo soma.²¹

O que aí nos impressiona é a inesperada analogia com nossa própria concepção, que desenvolvemos por caminho tão diverso. Weismann,

considerando morfológicamente a substância viva, nela vê um componente fadado a morrer, o soma, o corpo sem o material responsável pelo sexo e a hereditariedade, e um imortal, o plasma germinativo que é útil à conservação da espécie, à procriação. Quanto a nós, não recorremos à substância viva, mas às forças nela atuantes, e fomos levados a distinguir duas espécies de instintos, aqueles que pretendem conduzir a vida à morte e os sexuais, que sempre buscam e efetuam a renovação da vida. Isto soa como um corolário dinâmico da teoria morfológica de Weismann.

Mas a aparência de uma significativa concordância logo se desfaz, quando vemos o que decide acerca do problema da morte. Pois para ele a distinção entre soma mortal e plasma germinativo imortal é válida somente nos organismos pluricelulares, nos animais unicelulares o indivíduo e a célula de procriação ainda são a mesma coisa.²² Afirma, então, que os unicelulares são potencialmente imortais, que a morte surge apenas nos metazoários, nos pluricelulares. Essa morte dos seres vivos superiores é certamente uma morte natural, por causas internas, mas não se baseia numa qualidade primordial da substância viva,²³ não pode ser apreendida como uma necessidade absoluta, fundamentada na essência da vida.²⁴ A morte é um arranjo de conveniência,* uma manifestação de adaptação às condições de vida externas, pois, a partir da divisão das células corporais em soma e plasma germinativo, uma ilimitada duração da vida individual se tornaria um luxo inconveniente. Surgindo essa diferenciação nos pluricelulares, a morte se tornou possível e adequada. Desde então a soma dos seres vivos superiores morre por razões internas após algum tempo, enquanto os protozoários permanecem imortais. Já a procriação não foi introduzida apenas com a morte, sendo antes uma qualidade primordial da matéria viva, tal como o crescimento, do qual se originou, e a vida permaneceu contínua desde o seu início na Terra.²⁵

Facilmente se constata que a admissão de uma morte natural para os organismos superiores não nos auxilia muito. Se a morte é uma aquisição tardia dos seres vivos, instintos de morte existentes desde o início da vida na Terra não

entram mais em consideração. Os pluricelulares podem morrer por razões internas, devido a falhas em sua diferenciação ou a imperfeições de seu metabolismo; para a questão que nos ocupa isso não tem interesse. Sem dúvida, uma tal concepção da morte também se acha mais próxima da maneira habitual de pensar do que a estranha hipótese de “instintos de morte”.

A meu ver, a discussão que acompanhou as afirmações de Weismann não teve resultados decisivos em nenhuma direção.²⁶ Vários autores retornaram ao ponto de vista de Goette (1883),* para quem a morte era a consequência direta da procriação. Hartmann não a caracteriza pelo aparecimento de um “cadáver”, de uma parte que morreu da substância viva, mas a define como “desfecho da evolução individual”. Nesse sentido os protozoários também são mortais, neles a morte sempre coincide com a procriação, mas é dissimulada por esta em alguma medida, já que toda a substância do genitor pode passar diretamente para os novos indivíduos (op. cit., p. 29).

O interesse da pesquisa logo se voltou para a verificação experimental, em organismos unicelulares, da alegada imortalidade da substância viva. Um americano, Woodruff, cultivou um infusório ciliado, uma paramécia, que se reproduz por cissiparidade, e acompanhou-o até a 3029ª geração — quando interrompeu a experiência —, a cada vez isolando uma das duas partes geradas e pondo-a em água fresca. Esse remoto descendente da primeira paramécia era tão vivaz como seu ancestral, sem qualquer indício de envelhecimento ou degeneração; desse modo, se tais cifras tiverem valor demonstrativo, a imortalidade dos protozoários pareceu demonstrável experimentalmente.

Outros pesquisadores chegaram a diferentes resultados. Maupas, Calkins e outros acharam, contrariando Woodruff, que após certo número de divisões também esses infusórios se tornam mais fracos, diminuem de tamanho, perdem parte de sua organização e afinal morrem, se não experimentam determinadas influências revigoradoras. Assim sendo, os protozoários morreriam após uma fase de declínio senil, tal como os animais superiores, o que se acha

diretamente em contraste com as afirmações de Weismann, que vê a morte como uma tardia aquisição dos organismos vivos.

Do conjunto dessas pesquisas destacamos dois fatos que nos parecem oferecer um firme apoio. Primeiro: se dois desses pequeninos seres, num momento em que ainda não mostram envelhecimento, podem juntar-se um ao outro, “copular” — separando-se de novo, após algum tempo —, são poupados da velhice, são “rejuvenescidos”. Esta copulação é certamente a precursora da reprodução sexual dos animais superiores; ainda não está relacionada à multiplicação, limita-se à mistura das substâncias dos dois indivíduos (a “anfimixia” de Weismann). Mas a influência revigoradora da copulação pode ser substituída por determinados meios estimuladores, mudanças na composição do líquido nutriente, aumento da temperatura ou agitação. Recordemos a famosa experiência de J. Loeb, que, aplicando certos estímulos químicos a ovos de ouriços-do-mar, induziu-os a processos de divisão que normalmente ocorrem apenas depois da fecundação.

Segundo: é provável que os infusórios sejam levados a uma morte natural por seu processo vital mesmo, pois a contradição entre os resultados de Woodruff e dos outros se deve ao fato de que ele pôs cada nova geração em líquido nutriente fresco. Ao deixar de fazer isso, observou as mesmas transformações senis nas gerações que os outros pesquisadores. Concluiu que os pequenos seres são prejudicados pelos produtos do metabolismo que lançam no líquido ao seu redor, e pôde convincentemente demonstrar que apenas os produtos do *próprio* metabolismo têm o efeito de acarretar a morte da geração. Pois, numa solução saturada com dejetos de uma espécie longinquamente aparentada, vicejaram muito bem os mesmos seres que, amontoados no seu próprio líquido nutritivo, inevitavelmente pereciam. Abandonado a si mesmo, portanto, o infusório tem uma morte natural, devido à imperfeita eliminação de seus produtos metabólicos; mas talvez todos os animais superiores também morram devido à mesma incapacidade, no fundo.

Agora pode nos assaltar a dúvida de que seja pertinente buscar a resposta à questão da morte natural no estudo dos protozoários. A organização primitiva dessas criaturas pode nos ocultar importantes condições que também neles se acham presentes, mas que só nos animais superiores, onde obtiveram expressão morfológica, podem ser percebidas. Se deixarmos o ponto de vista morfológico e adotarmos aquele dinâmico, para nós será indiferente que a morte natural dos protozoários possa ser demonstrada ou não. Neles a substância depois reconhecida como imortal não se separou ainda, de maneira alguma, daquela mortal. As forças instintuais que querem conduzir a vida à morte poderiam atuar desde o início também neles, e no entanto o seu efeito poderia ser coberto de tal modo pelo das forças conservadoras da vida, que seria muito difícil a comprovação direta de sua existência. Vimos, de fato, que as observações dos biólogos nos autorizam a supor tais processos internos conducentes à morte também no caso dos protozoários. Mas, ainda que os protozoários se revelem imortais no sentido de Weismann, sua afirmação de que a morte é uma aquisição posterior vale apenas para as manifestações evidentes da morte e não torna impossível uma suposição relativa aos processos que impelem à morte. Nossa expectativa de que a biologia prontamente afastasse o reconhecimento dos instintos de morte não se realizou. Podemos continuar nos ocupando de sua possibilidade, se temos outras razões para fazê-lo. A notável semelhança da distinção feita por Weismann, entre soma e plasma germinal, com a nossa separação entre instintos de morte e instintos de vida, continua a existir e mantém seu valor.

Detenhamo-nos por um momento nessa concepção notadamente dualista da vida instintual. De acordo com a teoria de E. Hering, na substância viva operam ininterruptamente dois tipos de processos, em direções opostas — uns construtivos, anabólicos, os outros destrutivos, catabólicos. Podemos ousar reconhecer, nessas duas direções dos processos vitais, a atividade de nossos dois movimentos instintuais, dos instintos de vida e dos instintos de morte? E há outra coisa que não podemos ignorar: que inadvertidamente adentramos o

porto da filosofia de Schopenhauer, para quem a morte é “o autêntico resultado” e, portanto, o objetivo da vida,²⁷ enquanto o instinto sexual é a encarnação da vontade de vida.

Procuremos, audaciosamente, dar um passo adiante. É opinião geral que a união de numerosas células num agregado vital, a multicelularidade dos organismos, tornou-se um meio para o prolongamento de sua vida. Uma célula ajuda a conservar a vida das outras, e a comunidade das células pode continuar vivendo, mesmo quando células individuais têm de morrer. Já vimos que também a copulação, a temporária fusão de dois seres unicelulares, tem efeito preservador da vida e rejuvenescedor em ambos. Assim pode-se fazer a tentativa de transpor a teoria da libido, produto da psicanálise, à relação das células entre si, imaginando que sejam os instintos vitais ou sexuais atuantes em cada célula que tomam as outras células por objeto, neutralizam parcialmente os seus instintos de morte, isto é, os processos por eles estimulados, e desse modo as mantêm vivas; enquanto outras células fazem o mesmo para elas, e ainda outras se sacrificam no exercício dessa função libidinal. As células germinais mesmas se comportariam de modo absolutamente “narcísico”, segundo a designação que costumamos usar, na teoria das neuroses, quando um indivíduo conserva no Eu sua libido e não despende parte alguma dela em investimentos objetais. As células germinais requerem para si mesmas a sua libido, a atividade de seus instintos de vida, como reserva para a sua posterior, grandiosa atividade construtiva. Talvez se possa qualificar também as células dos neoplasmas malignos, que destroem o organismo, de narcísicas no mesmo sentido: a patologia está disposta a considerar seus gérmenes como inatos e atribuir-lhes propriedades embrionárias. Dessa maneira, a libido de nossos instintos sexuais coincidiria com o Eros dos filósofos e poetas, que mantém unido tudo o que vive.

Aqui se nos oferece a oportunidade de rever a lenta evolução de nossa teoria da libido. A análise das neuroses de transferência nos impôs, num primeiro momento, a oposição entre “instintos sexuais”, voltados para o objeto, e

outros instintos, de que tínhamos conhecimento insatisfatório e que designamos provisoriamente como “instintos do Eu”. Entre eles tivemos de reconhecer, em primeira linha, os instintos que servem à autoconservação do indivíduo. Não tínhamos como saber que outras distinções havia a fazer. Nenhum conhecimento teria sido mais importante, para fundamentar uma verdadeira psicologia, do que uma visão aproximada da natureza comum e das eventuais peculiaridades dos instintos. Mas em nenhum outro âmbito da psicologia Tateávamos assim no escuro. Cada um postulava tantos instintos ou “instintos básicos” quantos lhe apetecia, e os manejava como os antigos filósofos gregos manejavam seus quatro elementos: água, terra, fogo e ar. A psicanálise, que não podia prescindir de alguma hipótese sobre os instintos, ateve-se inicialmente à popular diferenciação de instintos expressa nos termos “amor e fome”. Não era, pelo menos, uma nova arbitrariedade. Com isso avançávamos um bom trecho na análise das psiconeuroses. O conceito de “sexualidade” — e, portanto, o de um instinto sexual — teve certamente que ser ampliado, até abarcar muita coisa que não se incluía na função reprodutiva, e isso provocou certo escândalo no mundo austero, respeitável ou simplesmente hipócrita.

O passo seguinte ocorreu quando a psicanálise pôde aproximar-se do Eu psicológico, que primeiramente conhecera apenas como instância repressora, censora, habilitada a constituir proteções e formações reativas. É certo que espíritos críticos e longividentes haviam desaprovado, muito tempo antes, a limitação do conceito de libido à energia dos instintos sexuais voltados para o objeto. Mas eles não informaram de onde lhes vinha a sua maior compreensão, e não souberam dela retirar algo de útil para a análise. Em lento e ponderado avanço, a psicanálise observou então com que regularidade a libido é tirada do objeto e voltada para o Eu (introversão), e, ao estudar o desenvolvimento da libido da criança em suas fases iniciais, chegou à percepção de que o Eu é o genuíno e original reservatório da libido, a qual somente a partir dele é estendida ao objeto. O Eu tomou lugar entre os objetos sexuais e logo foi visto como o mais eminente deles. A libido que permanecia de tal modo no Eu foi

chamada de “narcísica”.²⁸ Essa libido narcísica também era, naturalmente, manifestação de força de instintos sexuais no sentido analítico, que tivemos de identificar com os “instintos de autoconservação”, admitidos desde o princípio. Assim tornava-se insatisfatória a oposição original entre instintos do Eu e instintos sexuais. Uma parte dos instintos do Eu foi vista como libidinal; no Eu atuavam — provavelmente junto a outros — também instintos sexuais, mas é lícito dizer que a velha fórmula, segundo a qual a psicose baseia-se num conflito entre os instintos do Eu e os instintos sexuais, nada contém que hoje se deva rejeitar. Apenas sucede que a diferença entre as duas espécies de instintos, originalmente pensada como de algum modo qualitativa, deve agora ser caracterizada de outra forma, isto é, como sendo *topológica*. E em particular a neurose de transferência, o verdadeiro objeto de estudo da psicanálise, continua a ser resultado de um conflito entre o Eu e o investimento libidinal de objeto.

Tanto mais deveremos agora enfatizar o caráter libidinal dos instintos de autoconservação, quando ousamos dar outro passo, reconhecendo o instinto sexual como o Eros que tudo preserva e derivando a libido narcísica do Eu dos montantes de libido com que as células somáticas se apegam umas às outras. Mas agora nos defrontamos, repentinamente, com a seguinte questão: se também os instintos de autoconservação são de natureza libidinal, talvez não tenhamos outros instintos que não os libidinais. Pelo menos não há outros à vista. Então é preciso dar razão aos críticos que desde o início suspeitaram que a psicanálise explica *tudo* a partir da sexualidade, ou aos inovadores como Jung, que prontamente utilizaram “libido” para a força instintual* em geral. Não é assim?

Certamente não era nossa intenção chegar a este resultado. Partimos de uma nítida separação entre instintos do Eu = instintos de morte e instintos sexuais = instintos de vida. Dispusemo-nos a incluir os chamados instintos de autoconservação entre os instintos de morte, algo que depois retificamos.

Desde o princípio nossa concepção era *dualista*, e hoje é mais claramente dualista do que antes, desde que não mais denominamos os opostos instintos do Eu e instintos sexuais, mas instintos de vida e de morte. Já a teoria da libido de Jung é monista; o fato de ele haver chamado sua única força instintual de “libido” tinha de causar confusão, mas não deve nos influenciar. Supomos que outros instintos atuem no Eu, além dos instintos libidinais de autoconservação; deveríamos ser capazes de indicá-los. Infelizmente a análise do Eu progrediu pouco, de modo que para nós é difícil fazê-lo. Os instintos libidinais do Eu podem estar ligados de maneira especial aos outros instintos do Eu que ainda não conhecemos. Mesmo antes que tivéssemos conhecimento do narcisismo já havia, na psicanálise, a conjectura de que os “instintos do Eu” atraem para si componentes libidinais. Mas essas são vagas possibilidades, que nossos opositores dificilmente considerarão. É embaraçoso que até agora a psicanálise nos tenha permitido apontar somente instintos libidinais. Mas nem por isso partilharemos a conclusão de que não existem outros.

Na atual penumbra em que se acha a teoria dos instintos, não convém rejeitar qualquer ideia que prometa alguma luz. Partimos da grande polaridade de instintos de vida e instintos de morte. O próprio amor objetal nos mostra uma segunda oposição assim, aquela de amor (afeição) e ódio (agressão). Se conseguíssemos relacionar essas duas polaridades, fazer uma remontar à outra! Há muito reconhecemos um componente sádico no instinto sexual;²⁹ ele pode, como sabemos, tornar-se autônomo e, como perversão, dominar toda a tendência sexual da pessoa. Ele também aparece, como instinto parcial dominante, numa das “organizações pré-genitais”, como as denominei. Mas como pode o instinto sádico, que visa a ferir o objeto, ser derivado do Eros conservador da vida? Não cabe supor que esse sadismo é na verdade um instinto de morte que foi empurrado do Eu pela influência da libido narcísica, de modo que surge apenas em relação ao objeto? Então ele entra a serviço da função sexual; no estágio oral da organização da libido, a posse amorosa ainda coincide com a destruição do objeto, depois o instinto sádico se separa e enfim, no

estágio da primazia genital, para a finalidade da procriação, assume a função de subjugar o objeto sexual até o ponto exigido para a realização do ato. Podemos dizer, de fato, que o sadismo expulso do Eu mostrou o caminho aos componentes libidinais do instinto sexual; depois estes acorrem para o objeto. Quando o sadismo original não experimenta atenuação ou fusão, produz-se a conhecida ambivalência de amor e ódio na vida amorosa.

Se for permitido fazer tal suposição, estará satisfeita a exigência de oferecer o exemplo de um — deslocado, é certo — instinto de morte. Essa concepção, porém, está muito longe de qualquer evidência e cria uma impressão quase mística. Cai sobre nós a suspeita de haver procurado, a todo custo, uma saída para um grande embaraço. Então poderemos lembrar que tal suposição não é nova, que já a fizemos antes, num momento em que não havia nenhum embaraço. Observações clínicas nos levaram, naquela época, à concepção de que o instinto parcial complementar ao sadismo, o masoquismo, deve ser entendido como uma reversão do sadismo para o próprio Eu.³⁰ Mas em princípio não há diferença entre uma volta do instinto para o Eu, desde o objeto, e a volta desde o objeto para o Eu, de que aqui tratamos agora. O masoquismo, a volta do instinto contra o próprio Eu, seria então, na realidade, um retorno a uma fase anterior dele mesmo, uma regressão. Em um ponto a descrição que ali se fez do masoquismo necessitaria de correção, por ser demasiado exclusiva; o masoquismo também pode ser primário, algo que ali pretendi contestar.³¹

Mas retornemos aos instintos sexuais conservadores da vida. As experiências com protozoários nos ensinaram que a fusão de dois indivíduos sem divisão subsequente, a copulação, após a qual os dois se separam, tem efeito fortalecedor e rejuvenescedor sobre ambos (ver Lipschütz, acima). Nas gerações seguintes eles não mostram sinais de degeneração, e parecem capazes de resistir mais longamente aos danos de seu próprio metabolismo. Creio que podemos tomar essa observação como típica do efeito produzido também pela união sexual. Mas de que modo a fusão de duas células pouco diferentes

provoca uma tal renovação da vida? O experimento que substitui a copulação dos protozoários pela ação de estímulos químicos, e mesmo mecânicos (loc. cit.) permite uma resposta segura: acontece pela introdução de novas quantidades de estímulos. Isto se harmoniza com a hipótese de que o processo vital do indivíduo conduz, por razões internas, ao nivelamento das tensões químicas, ou seja, à morte, enquanto a união com uma substância viva individualmente diversa magnifica essas tensões, introduz como que novas *diferenças vitais*, que depois têm de ser *dissipadas vivendo*.* É claro que quanto a esta dissimilaridade deve haver um *optimum*, ou mais de um. O fato de havermos reconhecido como tendência dominante da vida psíquica, talvez da própria vida dos nervos, o esforço de diminuir, manter constante, abolir a tensão interna dos estímulos (o *princípio do Nirvana*, na expressão de Barbara Low), tal como se exprime no princípio do prazer — é um dos nossos mais fortes motivos para crer na existência de instintos de morte.

Mas ainda sentimos como apreciável estorvo, em nossa argumentação, o fato de precisamente quanto ao instinto sexual não podermos demonstrar o caráter de compulsão à repetição que inicialmente nos levou a detectar os instintos de morte. Certamente a área dos processos de desenvolvimento embrionários é pródiga em tais fenômenos de repetição, as duas células germinais da reprodução sexual e a história de sua existência são, elas mesmas, apenas repetições dos primórdios da vida orgânica; mas o essencial nos processos visados pelo instinto sexual é a fusão de dois corpos de células. Apenas isso garante, nos seres vivos superiores, a imortalidade da substância viva.

Em outras palavras, necessitamos obter informação sobre a gênese da reprodução sexual e a origem dos instintos sexuais, uma tarefa de assustar quem não é desse âmbito e que até agora mesmo os especialistas não puderam realizar. Por isso nos limitaremos a destacar resumidamente aquilo que, de todas as afirmativas e opiniões discordantes, pode ser relacionado à presente argumentação.

Uma concepção despoja o problema da reprodução de seu fascínio misterioso, ao apresentá-la como manifestação parcial do crescimento (multiplicação por divisão, germinação, gemiparidade). A origem da reprodução através de células germinais sexualmente diferenciadas pode ser vista, segundo um modo de pensar sobriamente darwiniano, da forma seguinte: a vantagem da anfimixia, obtida em certo momento pela copulação casual de dois protozoários, foi mantida e depois aproveitada na evolução subsequente.* O “sexo”, portanto, não seria muito antigo, e os instintos extraordinariamente arrebatados que visam promover a união sexual estariam repetindo algo que aconteceu casualmente uma vez e que desde então se firmou por ser vantajoso.

Como no caso da morte, a questão aqui é se devemos admitir nos protozoários apenas o que mostram, e se podemos supor que forças e processos que se tornam visíveis apenas em organismos superiores surgiram também neles primeiramente. A concepção da sexualidade que acabamos de mencionar é de pouca valia para nosso propósito. Poder-se-á objetar a ela que pressupõe a existência de instintos de vida já atuantes nos mais simples organismos, pois de outro modo a copulação, que atua contra o curso da vida e torna mais difícil a tarefa de deixar de viver, não teria sido mantida e elaborada, mas sim evitada. Logo, se não quisermos abandonar a hipótese de instintos de morte, será preciso conjugá-los a instintos de vida desde o começo. Mas é preciso reconhecer que aí trabalharemos com uma equação de duas incógnitas. O que na ciência encontramos sobre a gênese da sexualidade é tão pouco, que o problema pode ser comparado a uma escuridão em que nem o raio de luz de uma hipótese penetrou. É em outro lugar que deparamos com uma tal hipótese, de natureza tão fantástica, porém — é antes um mito que uma explicação científica —, que eu não ousaria apresentá-la aqui, se ela não satisfizesse justamente uma condição que procuramos satisfazer. Pois ela faz derivar um instinto *da necessidade de restauração de um estado anterior*.

Refiro-me, naturalmente, à teoria que Platão faz Aristófanes exprimir no *Simpósio*, que trata não só da origem do instinto sexual, mas também de sua mais importante variação relativa ao objeto.³³

“Pois antes o nosso corpo não era formado exatamente como hoje; era muito diferente. Em primeiro lugar havia três sexos, não só o masculino e o feminino, como agora, mas também um terceiro, que unia os dois [...] o homem-fêmea [...]” Mas nestes seres tudo era duplo, tinham quatro mãos e quatro pés, dois rostos, duplos genitais etc. Então Zeus decidiu parti-los em dois, “como se divide os marmelos para fazer conserva [...]. Como todos se achavam então divididos, o anseio impeliu as duas metades a juntar-se: elas se enlaçavam com as mãos, abraçavam-se, *desejando fundir-se* [...]”.³⁴

Devemos seguir a deixa do filósofo-poeta e arriscar a suposição de que a substância viva, ao ser animada, foi desmembrada em pequenas partículas que desde então buscam reunir-se de novo mediante os instintos sexuais? De que esses instintos, nos quais prossegue a afinidade química da matéria inanimada, gradualmente superam, atravessando o reino dos protozoários, as dificuldades que opõe a tal esforço um meio carregado de estímulos perigosos para a vida, que os obriga a formar uma camada cortical protetora? Que essas dispersadas partículas da substância viva alcançam desse modo a multicelularidade e enfim transferem às células germinais, em elevada concentração, o instinto para reunir-se? Acho que neste ponto devemos parar.

Mas não sem acrescentarmos algumas palavras de reflexão crítica. Talvez me perguntem se e até onde estou convencido das hipóteses aqui apresentadas. A resposta seria que eu próprio não estou convencido nem peço que outros nelas acreditem. Ou, mais precisamente: não sei até onde creio nelas. Parece-me que o fator afetivo da convicção não precisa, de forma alguma, ser considerado aqui. Podemos nos entregar a um curso de pensamento, acompanhá-lo até onde ele for, somente por curiosidade ou, se quiserem, como *advocatus diaboli* [advogado do diabo] que não se vendeu ao diabo por isso. Não discuto que o terceiro passo na teoria dos instintos, que aqui empreendo, não pode

reivindicar a mesma certeza dos dois anteriores, a extensão do conceito de sexualidade e a tese do narcisismo. Essas inovações foram transposições diretas da observação para a teoria, sem maiores fontes de erros do que as inevitáveis nesses casos. É certo que também a asserção do caráter *regressivo* dos instintos baseia-se em material observado, isto é, nos fatos da compulsão à repetição. Mas talvez eu tenha superestimado o significado deles. De toda maneira, só é possível levar adiante essa ideia combinando repetidamente o factual e o apenas excogitado, assim afastando-nos da observação. Sabemos que quanto mais isso é feito, enquanto se constrói uma teoria, menos confiável é o resultado final, mas não há como especificar o grau de incerteza. Podemos nos sair bem ou equivocarmo-nos vergonhosamente. Em trabalhos desse tipo, não confio muito no que chamam de “intuição”; o que dela pude ver pareceu-me antes o produto de uma certa imparcialidade do intelecto. Mas infelizmente é raro ser imparcial quando se trata das coisas últimas, dos grandes problemas da ciência e da vida. Creio que cada um é aí dominado por preferências bastante enraizadas interiormente, cujo jogo faz, sem o saber, com sua especulação. Havendo tão bons motivos para a desconfiança, a atitude para com os resultados de nosso empenho intelectual terá de ser uma fria benevolência. Mas acrescento que uma autocritica como esta não obriga a uma tolerância especial para com opiniões divergentes. Podemos rejeitar implacavelmente teorias que são contrariadas já nos primeiros passos da análise do que observamos, e ao mesmo tempo saber que a validade das que defendemos é apenas provisória. No julgamento de nossa especulação sobre os instintos de vida e de morte, não incomodaria muito que nela sucedam tantos processos estranhos e pouco evidentes, como um instinto ser expulso por outros, dirigir-se do Eu para um objeto e coisas assim. Isto se deve a que somos obrigados a trabalhar com os termos científicos, ou seja, com a linguagem figurada própria da psicologia (mais corretamente, da psicologia das profundezas). De outra forma não poderíamos descrever os processos em questão; de fato, não os teríamos sequer percebido. As falhas de nossa descrição provavelmente desapareceriam se já pudéssemos

empregar os termos fisiológicos ou químicos, em vez dos psicológicos. Eles também são parte de uma linguagem apenas figurada, mas uma que há muito tempo nos é familiar e talvez também mais simples.

Por outro lado, para nós é bastante claro que a incerteza de nossa especulação foi enormemente acrescida pela necessidade de tomar empréstimos à ciência biológica. A biologia é verdadeiramente um campo de possibilidades ilimitadas, podemos esperar dela as mais surpreendentes revelações, e não somos capazes de imaginar as respostas que em algumas décadas ela dará às questões que lhe dirigimos. Talvez sejam respostas tais que façam ruir todo o edifício artificial das nossas hipóteses. Se assim for, alguém poderia perguntar para que serve realizar trabalhos como o exposto nesta seção, e para que publicá-los. Bem, não posso negar que algumas analogias, conexões e relações nele encontradas me pareceram dignas de atenção.³⁵

VII

Se querer restaurar um estado anterior é realmente uma característica universal dos instintos, não podemos nos admirar de que na psique tantos processos ocorram independentemente do princípio do prazer. Essa característica seria comunicada a todos os instintos parciais, e no caso deles visaria o retorno a um certo estágio do curso de desenvolvimento. Mas tudo isso, sobre o qual o princípio do prazer ainda não tem poder, não se acha necessariamente em oposição a ele, e continua não resolvido o problema de determinar a relação entre os processos instintuais de repetição e o domínio do princípio do prazer.

Vimos que uma das primeiras e mais importantes funções do aparelho psíquico é “ligar” os impulsos instintuais que lhe chegam, substituir o processo primário nele dominante pelo processo secundário, transformar sua energia de investimento livre e móvel em investimento predominantemente parado (tônico). Durante essa transformação não se pode atentar para o

desenvolvimento do desprazer, mas o princípio do prazer não é anulado por isso. Pelo contrário, a transformação ocorre a serviço do princípio do prazer; a ligação é um ato preparatório, que introduz e assegura o domínio do princípio do prazer.

Vamos distinguir entre função e tendência de maneira mais aguda do que fizemos até agora. O princípio do prazer, então, é uma tendência que se acha a serviço de uma função, à qual cabe tornar o aparelho psíquico isento de excitação, ou conservar o montante de excitação dentro dele constante ou o menor possível. Ainda não podemos nos decidir por nenhuma dessas concepções, mas notamos que a função assim determinada participaria do universal empenho de todos os viventes: retornar à quietude do mundo inorgânico. Todos nós aprendemos que o maior prazer ao nosso alcance, o do ato sexual, está relacionado à extinção momentânea de uma elevada excitação. Mas a ligação do impulso instintual seria uma função preparatória, que deve dispor a excitação para a sua definitiva eliminação no prazer da descarga.

Isso também leva a perguntar se as sensações de prazer e desprazer podem ser igualmente geradas pelos processos excitatórios ligados e pelos não ligados. Parece totalmente fora de dúvida que os não ligados, os processos primários, produzem sensações bem mais intensas, nas duas direções, do que as dos ligados, dos secundários. Os processos primários são também anteriores, no começo da vida psíquica não há outros, e podemos inferir que, se o princípio do prazer já não estivesse em operação neles, não poderia chegar a estabelecer-se para os posteriores. Assim alcançamos um resultado que no fundo não é simples, de que no começo da vida psíquica o empenho por prazer se manifesta bem mais intensamente do que depois, mas não tão irrestritamente; tem que admitir interrupções frequentes. Em períodos mais maduros o domínio do princípio do prazer é bem mais assegurado, mas ele próprio, assim como os demais instintos, não escapa à sujeição. De todo modo, aquilo que no processo excitatório leva ao surgimento das sensações de prazer e desprazer tem que existir no processo secundário, não menos que no primário.

Aqui seria o ponto para se iniciar novas pesquisas. Nossa consciência nos transmite, desde o interior, não apenas as sensações de prazer e desprazer, mas também de uma peculiar tensão que pode ela mesma ser prazerosa ou desprazerosa. Essas sensações devem nos fazer distinguir entre processos de energia ligados e não ligados, ou a sensação de tensão há de ser relacionada à quantidade absoluta, eventualmente ao nível do investimento, enquanto a série prazer-desprazer indica a mudança da quantidade de investimento na unidade de tempo? Também nos chama a atenção que os instintos de vida tenham bem mais a ver com nossa percepção interna, pois se apresentam perturbando a paz, trazendo tensões cuja eliminação é sentida como prazer, enquanto os instintos de morte parecem realizar seu trabalho discretamente. O princípio do prazer parece mesmo estar a serviço dos instintos de morte; é certo que vigia também os estímulos de fora, avaliados como perigosos pelas duas espécies de instintos, mas sobretudo os aumentos de estímulos a partir de dentro, que chegam a dificultar a tarefa de viver. A isto se relacionam inúmeras outras questões, que atualmente não é possível responder. Temos de ser pacientes e aguardar novos meios e oportunidades de investigação. E permanecer dispostos a abandonar um caminho que trilhamos por algum tempo, se ele parece não conduzir a algo de bom. Somente aqueles crédulos, que exigem da ciência um substituto para o catequismo abandonado, se aborrecerão com o pesquisador por desenvolver ou modificar seus pontos de vista. De resto, talvez um poeta (Rückert, nos *Macamas*, de Hariri) nos console pelo vagaroso progresso de nosso conhecimento científico:

*“O que não podemos alcançar voando, devemos alcançar [claudicando]. [...] Segundo as Escrituras, não é pecado claudicar.” **

1 O essencial é, provavelmente, que prazer e desprazer, como sensações conscientes, acham-se ligados ao Eu.

2 Cf. *Zur Psychoanalyse der Kriegsneurosen* [Psicanálise das neuroses de guerra], com contribuições de Ferenczi, Abraham, Simmel e E. Jones, volume 1 da Biblioteca Psicanalítica Internacional, 1919.

* No original: *Schreck, Furcht, Angst*. Freud já procurava diferenciar *Furcht* e *Angst* na segunda parte da “Análise da fobia de um garoto de cinco anos”, de 1909.

** Não há espaço de uma linha vazia entre esse parágrafo e o anterior na edição alemã utilizada, *Gesammelte Werke*. Mas, considerando que faz sentido um espaço nesse ponto e que ele se acha numa edição alemã mais recente (*Studienausgabe*), resolvemos incorporá-lo, aqui e em alguns outros lugares.

* S. Pfeifer, “Äußerungen infantil-erotischer Triebe im Spiele” [Manifestações de instintos infantil-eróticos no jogo], *Imago*, v. 5, 1919.

3 Esta interpretação foi confirmada inteiramente depois, mediante uma outra observação. Num dia em que sua mãe estivera ausente por várias horas, foi recebida, na sua volta, com a saudação: *Bebi o—o—o—o!*, que primeiramente foi incompreensível. Logo se revelou, porém, que durante o longo período em que ficou só ele encontrara um modo de fazer desaparecer a si próprio. Havia descoberto sua imagem no espelho que vinha quase até o chão e se acororado, de maneira que a imagem “foi embora”.

* “Impulso de apoderamento”: no original, *Bemächtigungstrieb*.

4 Quando ele tinha cinco anos e nove meses, faleceu sua mãe. Agora que ela realmente fora “embora” (*o—o—o*), o menino não demonstrou luto por ela. É certo que naquele intervalo nascera uma outra criança, que havia despertado nele um forte ciúme.

5 Cf. “Uma recordação de infância em *Poesia e verdade*”, *Imago*, v. 5, 1917.

* Aqui foram empregados dois verbos para traduzir um só do original (*abreagieren*), embora já se admita a forma “ab-reagir”.

6 Cf. “Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II”.

* “Superioridade”: versão literal para *Überlegenheit*, como consta no original; nas versões estrangeiras consultadas (a espanhola da Biblioteca Nueva, a argentina da Amorrortu, a italiana da Boringhieri, a *Standard* inglesa e a holandesa da Boom): *superioridad*, *reflexión*, *razionale distacco*, *aloofness*, *superioriteit*.

7 Eu argumento em outro lugar [“Observações sobre a teoria e a prática da interpretação dos sonhos”, 1923], que é o “efeito de sugestão” da terapia que aí vem ajudar a compulsão à repetição, isto é, a docilidade para com o médico, profundamente arraigada no inconsciente complexo parental.

8 Marcinowski, “Die erotischen Quellen der Minderwertigkeitsgefühle” [As fontes eróticas dos sentimentos de inferioridade], *Zeitschrift für Sexualwissenschaft*, v. 4, 1918.

* “Demoníaco”: *dämonisch* — aqui no sentido grego, em que “demônio” (*daimon*) designa um poder superior, não no sentido cristão de “diabólico”; por isso alguns tradutores o puseram entre aspas.

9 Cf. as pertinentes observações de C. G. Jung a respeito disso, no ensaio “Die Bedeutung des Vaters für das Schicksal des Einzelnen” [A significação — ou importância — do pai para o destino do indivíduo], *Jahrbuch für Psychoanalyse*, v. 1, 1909.

10 Conforme a discussão de J. Breuer na parte teórica dos *Estudos sobre a histeria*, 1895.

11 J. Breuer e S. Freud, *Estudos sobre a histeria*, 4ª edição, 1922.

* “Ele”: *er*, no original; referindo-se ao organismo vivo, é o que entendemos. Mas o termo alemão que traduzimos por “proteção contra estímulos”, *Reizschutz*, é também masculino. Isso levou James Strachey a entender que o pronome diz respeito a *Reizschutz*, e na *Standard* inglesa ele usou “*the protective shield*” (“o escudo protetor”, sua versão para o vocábulo alemão) nesta passagem. Com exceção da italiana, que nisso acompanha Strachey (como em muitas outras ocasiões), as versões consultadas fazem a mesma leitura nossa.

12 Cf. “Os instintos e seus destinos” [1915].

* “Preparação para a angústia”: *Angstbereitschaft*, no original — nas versões consultadas: *disposición para la angustia* [segue o termo alemão entre parênteses], *apronte angustiado*, *preparazione [al pericolo] propria dell’angoscia*, *preparedness for anxiety* (com nota de rodapé, remetendo à nota que aqui transcrevemos na parte ii), *angstvaardigheid*.

13 Introdução a *Psicanálise das neuroses de guerra*, Internationale Psychoanalytische Bibliothek, n. 1, 1919.

14 Cf. *A interpretação dos sonhos*, cap. VII, “Psicologia dos processos oníricos”.

* “Impulsivo”: tradução que aqui damos ao adjetivo *triebhaft*; as versões estrangeiras consultadas usam: *instintivo*, *pulsional*, *pulsionalità*, *instinctual*, *driftmatig* — sendo que na versão do argentino Etcheverry (a segunda) e na inglesa de Strachey (a penúltima) há uma nota lembrando que a palavra *Trieb* tem também uma conotação de ímpeto, de impulsividade, que falta à palavra “instinto”, como admite Strachey (e também à palavra *pulsión*, acrescentemos); por isso adotamos “impulsivo” nesse contexto.

** Cf. nota da p. 181.

* “Fantasia-desejo”: tradução comodamente literal que aqui se dá a *Wunschphantasie* — nas versões consultadas: *fantasía* [...] *optativa*, *fantasía del deseo*, *fantasia di desiderio*, *wishful phantasy*, *wensfantasie*.

15 Não duvido que conjecturas semelhantes sobre a natureza dos “instintos” já tenham sido formuladas em repetidas ocasiões.

16 Não se ignore o fato de que o que vem em seguida é o desenvolvimento de uma linha extrema de pensamento, que mais tarde, quando os instintos sexuais forem levados em conta, sofrerá limitação e justificação.

17 E, no entanto, é apenas a eles que podemos atribuir uma tendência interior ao “progresso” e ao maior desenvolvimento (ver adiante)!

18 Do contexto se depreende que “instintos do Eu”, aqui, é uma designação provisória, ligada aos termos iniciais da psicanálise.

* Aqui a palavra “impulso” talvez fosse mais pertinente para verter *Trieb*; cf. notas das pp. 173 e 200, que lembram o maior alcance do termo original. O mesmo vale para *Entwicklung*, também nessa oração, que significa tanto “desenvolvimento” como “evolução”.

19 Por um outro caminho, Ferenczi chegou à possibilidade da mesma concepção: “Seguindo coerentemente este curso de pensamento, é preciso familiarizar-se com a ideia de uma tendência à perseverança ou à regressão que domina também a vida orgânica, enquanto a tendência

ao maior desenvolvimento, à adaptação etc., é animada apenas por estímulos externos” (“Entwicklungsstufen des Wirklichkeitssinnes” [Estágios de desenvolvimento do sentido da realidade], *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, v. 1, 1913, p. 137).

* No original: “*um die Schwere des Daseins zu ertragen*”; citação de Schiller, *Die Braut von Messina* (A noiva de Messina), ato I, cena 8.

20 A. Weismann, *Über die Dauer des Lebens* [Sobre a duração da vida], 1882; *Über Leben und Tod* [Sobre a vida e a morte], 1884; *Das Keimplasma* [O plasma germinativo], 1892 etc.

21 Idem, *Über Leben und Tod*.

22 Idem, *Dauer des Lebens*, p. 38.

23 Idem, *Leben und Tod*, 2ª ed., p. 67.

24 Idem, *Dauer des Lebens*, p. 33.

* “Um arranjo de conveniência”: no original, *Zweckmäßigkeitseinrichtung* — nas versões consultadas: *un dispositivo de acomodación, un mecanismo de conveniencia, ha [...] una funzione pratica, a purposive contrivance, a matter of expediency, een doelmatige inrichting*.

25 Idem, *Über Leben und Tod*, conclusão.

26 Cf. Max Hartmann, *Tod und Fortpflanzung* [Morte e procriação], 1906; Alexander Lipschütz, *Warum wir sterben* [Por que morremos], Kosmosbücher, 1914; Franz Doflein, *Das Problem des Todes und der Unsterblichkeit bei den Pflanzen und Tieren* [O problema da morte e da imortalidade nas plantas e nos animais], 1909.

* Freud se refere a A. Goette, *Über den Ursprung des Todes* [Sobre a origem da morte], Hamburgo, 1883.

27 A. Schopenhauer, “Über die anscheinende Absichtlichkeit im Schicksale des Einzelnen” [Sobre a aparente intencionalidade no destino do indivíduo], *Großherzog Wilhelm Ernst-Ausgabe*, v. IV, p. 268 [em *Parerga und Paralipomena*, n. 4, v. 1, 1851].

28 “Introdução ao narcisismo”, *Jahrbuch für Psychoanalyse*, v. 6, 1914.

* *Triebkraft*, no original. Na linguagem corrente, o termo sempre foi usado no sentido de “força motriz”, que é a versão encontrada nos dicionários bilíngues alemão-português.

29 *Três ensaios de uma teoria da sexualidade*, 1ª ed. 1905.

30 Cf. *Três ensaios* e “Os instintos e seus destinos” [1915].

31 Num trabalho substancial e pleno de ideias, embora não inteiramente claro para mim, Sabina Spielrein antecipou boa parte dessa especulação. Ela caracteriza o componente sádico do instinto sexual como “destrutivo” (“Die Destruktion als Ursache des Werdens” [A destruição como causa do vir-a-ser], *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*, v. 4, 1912). De outra maneira, A. Stürcke (*Inleiding bij de vertaling von S. Freud, De sexuele beschavingsmoral etc.* [Introdução à tradução de “A moral sexual ‘civilizada’” etc., de S. Freud], 1914) procurou identificar o conceito de libido mesmo com o conceito biológico teoricamente suposto de um *impulso para a morte* (cf. também Otto Rank, *Der Künstler* [O artista], 1907). Todos esses esforços, assim como o do texto, testemunham a necessidade de uma clarificação, na teoria dos instintos, que ainda não foi alcançada.

* Tradução-paráfrase para *abgelebt*, participio de *ableben*, que significa “acabar, falecer, usar, gastar”; nas versões consultadas, a melhor equivalência se acha em inglês: *agotadas viviéndolas, de-vividas* [com o original entre chaves], *soppressa dalla morte, lived out, lived off, ten einde geleefd* (“vvidadas até o fim”).

32 Embora Weismann (*Das Keimplasma*, 1892) também negue essa vantagem: “A fecundação não significa de maneira alguma um rejuvenescimento ou renovação da vida, ela não seria necessária para o prosseguimento da vida, ela nada é senão *um dispositivo para tornar possível a mistura de duas tendências hereditárias diversas*”. Ele acha, porém, que um efeito de tal mistura é o acréscimo na variabilidade dos seres vivos.

33 Tradução de U. v. Wilamowitz-Möllendorff (Platão I, pp. 366 ss) [aqui traduzido da citação de Freud].

34 Agradeço ao prof. Heinrich Gomperz (Viena) os seguintes comentários sobre a origem do mito platônico, que reproduzo em parte com suas palavras: Gostaria de chamar a atenção para o fato de que essencialmente a mesma teoria já se encontra nos Upanixades. No Brihad-Aranyaka-Upanixade, I, 4, 3 (Deussen, *60 Upanishads des Veda*, p. 393), em que se descreve como o mundo procede do Atman (o Si-mesmo ou Eu), lemos: “Mas ele (o Atman, o Si-

mesmo ou Eu) também não tinha alegria; por isso aquele que é só não tem alegria. Então ele ansiou por um outro. E ele era grande como um homem e uma mulher, quando estes se enlaçam. Ele dividiu esse Si-mesmo em duas partes: daí se originaram marido e mulher. Por isso esse corpo é como uma metade separada do Si-mesmo, assim explicou Jainavalkya. Por isso o espaço aqui vazio é preenchido pela mulher”.

O Brihad-Aranyaka-Upanixade é o mais antigo dos Upanixades e nenhum estudioso competente o situa depois do ano 800 a.C. aproximadamente. Divergindo da opinião predominante, eu não negaria a possível dependência, mesmo indireta, dessas fontes hindus por parte de Platão, desde que tal possibilidade também não pode ser diretamente contestada quanto à doutrina da transmigração das almas. Uma tal dependência, mediada em primeiro lugar pelos pitagóricos, dificilmente afetaria em algo a importância da coincidência dos pensamentos, pois Platão não teria adotado uma tal história que de algum modo lhe chegou da tradição oriental, e menos ainda conferido a ela um lugar tão importante, se esta não o tivesse impressionado por seu conteúdo de verdade.

Num ensaio de K. Ziegler, “Menschen-und Weltenwerden” (*Neue Jahrbücher für das klassische Altertum*, v. 31, pp. 529 ss, 1913), que se ocupa sistematicamente da investigação desse pensamento *antes* de Platão, ele remonta a concepções da Babilônia.

35 Eis algumas palavras para esclarecer nossa terminologia, que durante essa discussão experimentou um certo desenvolvimento. Sabíamos o que são “instintos sexuais” por sua relação com os sexos e com a função reprodutiva. Depois mantivemos esse nome, quando os resultados da psicanálise nos fizeram atenuar seu nexos com a reprodução. Com a tese da libido narcísica e a extensão do conceito de libido às células individuais, o instinto sexual transformou-se para nós em Eros, que busca impelir uma para a outra e manter juntas as partes da substância viva, e os instintos comumente chamados de sexuais apareceram como a porção desse Eros voltada para o objeto. Segundo nossa especulação, esse Eros atua desde o começo da vida e surge como “instinto de vida”, oposto ao “instinto de morte”, que se originou pela animação do inorgânico. Ela tenta solucionar o enigma da vida mediante a suposição desses dois instintos, que lutam entre si desde os primórdios. Mais difícil, talvez, é acompanhar a transformação experimental pelo conceito de “instintos do Eu”. Originalmente denominamos assim todas as tendências instintuais que nos eram menos conhecidas e que se diferenciavam dos instintos sexuais voltados para o objeto, e colocamos os instintos do Eu em oposição aos instintos sexuais, cuja expressão é a libido. Mais tarde nos adentramos na análise do Eu e percebemos que também uma parte dos “instintos do Eu” é de natureza libidinal, tendo tomado o próprio

Eu por objeto. Então esses instintos de autoconservação narcísicos tiveram de ser incluídos entre os instintos sexuais libidinais. A oposição entre instintos do Eu e sexuais transformou-se naquela entre instintos do Eu e do objeto, ambos de natureza libidinal. Mas em seu lugar apareceu uma nova oposição, entre instintos libidinais (do Eu e do objeto) e outros, que devem ser estabelecidos no Eu e talvez constituam os instintos de destruição. Nossa especulação converteu essa oposição naquela entre instintos de vida (Eros) e instintos de morte.

* “*Was man nicht erfliegen kann, muß man erhinken. [...] Die Schrift sagt, es ist keine Sünde zu hinken.*” Citação de um dos “macamas” [sermões] de Abu Hariri, escritor árabe, na versão de Rückert.